

# Economia em Debate

## nº 265

(11/06/2018)

***Economia em Debate*** é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



**Eduardo Rocha**  
**Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)**

## **‘O conceito de shopping hoje vai bem além de um centro de compras’**

**O Estado de S. Paulo - 11/06/2018**

Um complexo multiuso, com torre comercial ou residencial, e um espaço que vai muito além de um centro de compras. Segundo o presidente da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), Glauco Humai, o conceito de shopping se transformou e vai mudar ainda mais. “Os shoppings são hoje muito mais lugares de convivência e de conveniência do que de compras”, diz. De acordo com dados da associação, 63% das pessoas que vão aos shoppings não têm intenção de comprar. “A compra virou consequência.” Para Humai, a próxima fronteira do setor é a convergência entre o comércio físico e o digital.

O comércio online e o atendimento a uma nova geração de consumidores, os ‘millennials’, têm sido grandes desafios para o varejo. Como os shoppings estão enfrentando essas questões?

A convergência entre o digital e o físico é hoje a grande adequação que o setor precisa fazer. Ter estoque integrado, transformar lojas físicas em centro de distribuição são algumas das soluções que começam a ser colocadas em prática. Sobre os millennials, acabei de voltar de uma discussão nos EUA em que o shopping passa a ser encarado como um centro de engajamento do consumidor, onde ele pode experimentar, se divertir, comprar na hora ou comprar para entregar em casa. Os jovens querem conveniência.

Nos EUA, chegou a se falar sobre a ‘morte’ dos shoppings, em função de ‘empreendimentos fantasmas’, que acabaram abandonados nos últimos anos. No Brasil, há alguma discussão parecida? São realidades muito diferentes. Primeiro, em escala. Aqui, temos apenas 570 shoppings, contra mais de 13 mil no mercado americano. Lá, além da convergência entre o varejo físico e online, as questões passam por urbanização dos shoppings (a maioria está em lugares distantes das cidades) e a incorporação de opções de lazer e entretenimento. Nossos shoppings, por sua vez, já nasceram dentro das cidades e como espaços de entretenimento. Hoje, 70% dos cinemas do Brasil estão nos shoppings, que também reúnem teatros, serviços e vários tipos de restaurantes. Esse mix, aliás, nos ajudou a passar melhor pela crise que o País atravessou nos últimos anos.

Qual foi o impacto da crise para o setor e qual o horizonte para 2018? Reduzimos o ritmo de crescimento nas vendas, mas não chegamos a registrar perdas. Este ano está difícil, principalmente nas cidades no interior. Estados que vivem crise fiscal, como Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, também estão sentindo. Mas acreditamos que devemos avançar 6% nas vendas, a mesma expansão do ano passado.

## **PIB do País pode ficar patinando em 1,3%**

**O Estado de S. Paulo - 11/06/2018**

Planejamento estratégico de longo prazo do governo revela que o crescimento da economia brasileira ficará abaixo de seu potencial e vai patinar em 1,3% ao ano, a partir de 2021 até 2031, se a trajetória atual das contas do governo permanecer inalterada e nenhuma nova reforma fiscal for aprovada.

O ritmo de alta da atividade econômica desacelera nos próximos três anos – 3% em 2019 para 1,3% depois de 2021 – devido à falta de solução para o rombo das contas públicas, o que pode levar ao aumento da rigidez orçamentária da União. Nesse cenário, o déficit fiscal só começaria a ser revertido em sete anos, em 2025, após 11 anos no vermelho.

As previsões, às quais o Broadcast teve acesso, serviram de base para a elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (2020-2031), que entra em audiência pública hoje.

A elaboração do plano é uma orientação do Tribunal de Contas da União (TCU) e marca uma mudança na forma do governo definir suas prioridades de atuação, trocando o curto prazo por metas de médio e longo prazos. Projeto em tramitação no Congresso exige a elaboração do plano de longo prazo.

O documento foi elaborado com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019, que prevê alta do PIB de 3% (2019), 2,4% (2020) e 2,3% (2021 a 2031). Esse último é o crescimento potencial do País estimado pelo governo.

Mas a alta média do PIB pode ser maior e chegar a 3,9% se, Unidos, uma greve de caminhoneiros e um quadro eleitoral para lá de conturbado fizeram com que economistas refizessem suas contas e jogassem para baixo a previsão de alta do PIB para este ano. Na sexta-feira, mais bancos revisaram para baixo suas projeções econômicas para 2018 – o Bradesco cortou de 2,5% para 1,5%, o Itaú de 2% para 1,7% e o Bank of America Merrill Lynch de 2,1% para 1,5%. Há, inclusive, economistas que já projetam uma repetição do resultado de 2017, quando o crescimento avançou 1%, depois de acumular queda de quase 7% nos dois anos anteriores. Além das reformas fiscais, outras medidas microeconômicas forem aprovadas, dando gás à atividade econômica. A melhoria das contas públicas seria também mais rápida com as contas indo para o azul já em 2021 e a dívida recuando para 34% do PIB.

Consenso. “Queremos criar um consenso em torno das prioridades”, diz o ministro do Planejamento, Esteves Colnago. Segundo ele, as previsões mostram que serão necessárias medidas para reduzir o peso das despesas obrigatórias no total de gastos do governo.

Pelos cálculos do Planejamento, com o quadro atual a participação das despesas obrigatórias no Orçamento sobe de 91% em 2017 para 98% em 2021. O cenário considerou a manutenção do teto de gasto e nenhuma nova receita extraordinária.

“O governo que vier vai ter de aprovar a Reforma da Previdência, intensificar a verificação dos planos sociais, saber se todo mundo que recebe deveria estar recebendo, e alguma reforma administrativa”. Esses três pontos, afirma o ministro, garantem um bom ambiente econômico com contas solventes. “Teremos cada vez menos espaço para fazer investimento”, alerta.

A estratégia de 12 anos será o planejamento de mais longo prazo do governo e visa a convergir as prioridades dos mais de 70 planos setoriais que os diversos órgãos da administração direta são obrigados a fazer.

“Temos planos setoriais de cinco anos, sete anos. Precisamos pensar no conjunto onde o Brasil quer chegar”, afirma o ministro. “É um plano de Estado, da sociedade, e não de governo”, ressalta Colnago. Segundo ele, a Constituição prevê a elaboração do Plano, mas a medida até agora não foi regulamentada.

O Plano Plurianual da União (PPA), que tem vigência de quatro em quatro anos, terá de se ajustar também à Estratégia Nacional. O ministro ressalta que cada vez mais a iniciativa privada será o motor da expansão.

O novo plano tem como meta a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,754 (nível alto) para 0,800 (nível muito alto) no período entre 2020 e 2031. O PIB per capita pode crescer 1,8% por ano (cenário básico) e 3,3% (cenário transformador).

## **Custo de subsídio ao diesel supera previsão**

### **O Estado de S. Paulo - 11/06/2018**

O subsídio federal ao óleo diesel, principal medida do acordo com os caminhoneiros, cujo custo foi estimado pelo governo em R\$ 4 bilhões, terá impacto ainda maior, de R\$ 5,2 bilhões, pelos cálculos da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal. Relatório da IFI que será divulgado hoje aponta um custo total de R\$ 14,7 bilhões com o “bolsa caminhoneiro”, impacto superior aos R\$ 13,5 bilhões projetados pela equipe econômica.

A IFI, que tem o papel de acompanhar as contas públicas, vai solicitar informações à Receita Federal para verificar a divergência. Qualquer perda de arrecadação ou aumento de despesas com o subsídio de R\$ 0,46 no preço do litro do diesel terá de ser compensado com outras medidas. Se o impacto for maior, o governo terá de ampliar as compensações previstas.

As medidas compensatórias já anunciadas estabelecem redução de renúncias fiscais e enfrentam resistências. Dois decretos legislativos apresentados na semana passada tentam barrar a redução da isenção na Zona Franca de Manaus para empresas de refrigerantes.

“O custo das medidas para reduzir o preço do diesel é elevado, mas tende a ser em parte acomodado como piora no déficit primário. Nossas preocupações

seguem concentradas no médio prazo”, disse Felipe Salto, diretor executivo da IFI.

Pelos cálculos da instituição, a renúncia com a redução da Cide e do PIS/Cofins cobrados no preço do diesel é de R\$ 5,1 bilhões. Pelo lado da despesa, de acordo com a entidade, o subsídio direto a ser pago à Petrobrás custará R\$ 9,6 bilhões, ou seja, R\$ 100 milhões a mais em relação aos R\$ 9,5 bilhões previstos pela equipe econômica.

Para Salto, as regras fiscais, como o teto de gastos, dependerão de reformas estruturais para serem cumpridas. “A dívida segue em franca trajetória de alta”, ressaltou. Segundo ele, o déficit primário do governo com a incorporação dos custos passaria para R\$ 149,2 bilhões neste ano.

Cálculos preliminares da IFI apontam que a alta do PIB em 2018 pode passar de 2,7% para 1,9%. A previsão ainda não incorpora todos os efeitos da greve na arrecadação do governo.

Nova reunião. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e representantes dos caminhoneiros marcaram para às 9 horas de hoje, em Brasília, uma nova reunião, de caráter técnico, para discutir o tabelamento do preço mínimo para o frete rodoviário.

O assunto criou um grande impasse no governo que, sob pressão, já editou duas versões da tabela de preços de fretes. A segunda delas foi revogada horas depois de ter sido divulgada, na noite de quinta-feira passada.

Representantes da categoria se reuniram ao longo do fim de semana para fazer as contas e levar uma proposta à ANTT.

A agência já avisou que uma eventual terceira versão da tabela, que pode ficar pronta entre hoje e amanhã, será submetida a uma audiência pública que durará de 30 a 45 dias. Na mesa de negociações há, inclusive, a proposta de se estipular preços diferenciados para os períodos de safra e de entressafra.

## **Norma exige condição especial para endividado desempregado e doente O Estado de S. Paulo - 11/06/2018**

quem está atolado em dívidas precisa saber que estão em vigor novas regras de renegociação com as instituições financeiras. Tanto para quem já não consegue mais pagar seus compromissos como para os que mantêm pagamentos em dia, mas está com orçamento comprometido, os bancos têm de oferecer um acordo.

Embora sem muita divulgação, as novas orientações valem desde o dia 14 de março e foram elaboradas pelo próprio mercado. Devem ser seguidas pelas 18

instituições financeiras que fazem parte da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o que alcança 90% das operações de crédito no País.

Casos como de quem se atrapalhou com as finanças e ficou inadimplente após o desemprego, doença, morte, separação ou qualquer outro imprevisto mais sério também estão contemplados com tratamento diferenciado e terão prioridade de atendimento.

Não se trata de perdão de dívida, explica o diretor de Autorregulação da Febraban, Evandro Zuliani, mas de oferta de uma negociação em outras bases. As opções, no âmbito da política de crédito de cada banco, poderão incluir parcelamento, liquidação antecipada, redução no valor da prestação com a cobrança de juros mais baixos, troca de modalidade de crédito e alongamento do prazo.

O que o normativo garante e padroniza é a obrigação e o formato de nova proposta, feita por bancos ou clientes, para tentar solucionar a situação. Zuliani destaca que a regra assegura que o cliente não é obrigado a aceitar a oferta que lhe é feita.

Por exemplo: a pessoa pode ter uma dívida no cartão de crédito e outra na compra de imóvel, e o banco lhe oferece uma renegociação global. “Se o cliente pretende quitar apenas o crédito imobiliário, o banco não pode recusar a proposta, tem de aceitar”.

Avanço. A possibilidade de renegociação para quem está com as parcelas em dia pode ser considerada um avanço. Até então, os bancos não aceitavam sequer falar em acordo com quem não atrasava o pagamento. “Esse é um dos principais ganhos, porque tem caráter preventivo”, avalia Zuliane.

Segundo ele, havia muitas queixas nos Procons sobre essa recusa, daí a decisão de incluir e tratar do tema. “Se a luz amarela acendeu, é preciso partir para o acordo, evitando a inadimplência.” Uma vez exposta a situação, o cliente que não está inadimplente pode pedir a revisão das condições e ser atendido pelo banco.

Também devem receber tratamento igual quem não consegue mais honrar compromissos, quaisquer que sejam os motivos: ter gastado mais do que ganha, ser consumidor compulsivo, ter tropeçado em algum momento com o desemprego ou, ainda, ter passado por situações como doenças e até mortes que levaram à inadimplência.

A expectativa é que, por terem sido elaboradas pelos próprios bancos, as novas regras sejam respeitadas. A iniciativa tem o reforço de supervisão da Febraban, que fará pesquisas com os bancos e mantém um canal direto com o consumidor final. No endereço [www.conte aqui.org.br](http://www.conte aqui.org.br), o cliente poderá relatar o problema. Este será encaminhado à plataforma de resolução de conflitos, a [consumidor.gov.br](http://consumidor.gov.br).

Acostumada a atender consumidores endividados, a economista Ione Amorim, do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), se diz cética em relação às mudanças e prefere aguardar resultados concretos para fazer uma avaliação. De todo modo, diz que o consumidor deve se valer dessas novas possibilidades como forma de pressionar os bancos e conseguir condições mais favoráveis.

Bancos. No Santander, o executivo Cássio Schmitt diz que serviço parecido com a normatização vem sendo desenvolvido há quatro ou cinco anos. A linha de orientação se baseia especialmente na capacidade de pagamento do cliente, mas outros fatores igualmente relevantes são considerados, como a avaliação da modalidade de crédito mais adequada para cada caso.

O Itaú informa que, hoje, os funcionários de agências e centrais de atendimento estão capacitados para entender a situação do cliente e buscar uma condição que caiba no bolso dele, seja com planos de parcelamento ou até pagamentos à vista.

## **‘Pegadinha’ do consignado faz cliente pagar mais parcelas**

**O Estado de S. Paulo - 11/06/2018**

Com a inflação e a taxa básica de juros Selic em queda, a época é boa para quem quer reduzir os custos do financiamento. Especialmente para quem assumiu um crédito consignado nos últimos anos. O juro médio desse financiamento caiu 2,5 pontos percentuais em 12 meses, chegando a 25,7% ao ano, segundo dados do Banco Central (BC) para abril, os mais recente disponíveis.

Mas, se por um lado mudar de financiamento, tornando mais leve as prestações, pode dar um alívio no fluxo de caixa mensal, é preciso cuidado na hora da renegociação. Segundo o Procon-SP, muitas instituições financeiras empregam “pegadinhas” nesse momento. O consumidor deixase levar somente pela oferta de juros menores, mas acaba alongando o prazo do empréstimo. Assim, a quantidade de parcelas aumenta e a dívida total fica ainda mais cara.

Para a coordenadora do Procon-SP, Renata Reis, é preciso atenção sobretudo para abordagens de financeiras que buscam explorar a inexperiência dos clientes. Ela afirma que o órgão recebe casos que vão de omissão de informações até fraudes no consignado. “Algumas empresas empurram os contratos de maneira enganosa”, diz, ressaltando que “os aposentados são os mais aliciados”.

De acordo com a coordenadora, há financeiras que até criam estruturas para fechar operações por impulso. “Fazem a proposta por telefone e já enviam um motoboy para colher a assinatura”, conta. Para evitar dores de cabeça, ela aconselha que o consumidor solicite sempre a oferta que receber por escrito e,

se não sentir segurança, leve o contrato do financiamento a algum advogado ou planejador financeiro para que ele verifique as cláusulas.

A regra geral para não cair nessa arapuca é quitar a dívida o quanto antes, explica o diretor da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), Miguel Oliveira. “Muitas vezes o que se oferece com o refinanciamento é uma extensão do prazo. Mas o mais indicado é negociar isso, tentar fazer como se fosse uma portabilidade na mesma instituição”, afirma.

Concorrência. No caso do consignado, em que a amortização se dá diretamente no salário do tomador, as instituições vêm travando uma batalha por clientes. O presidente da fintech Ali Crédito, Bruno Reis, conhece bem essa disputa pois atua também nesse mercado e aconselha a desconfiar das promessas de juros menores. “Quando se faz um contrato novo assim, a instituição financeira é quem se beneficia, porque prende o cliente em juros compostos por mais tempo”, diz.

Alívio. Nem sempre aumentar o número de parcelas é ruim. Se o valor da prestação pesar no orçamento, ou algum evento emergencial ocorrer, a extensão do prazo pode ser útil, diz a planejadora financeira Letícia Camargo, da Planejar. Nesses casos, a diluição do pagamento para caber no bolso pode ser necessária.

“Mesmo pagando por mais tempo, às vezes é uma solução para quem perdeu o emprego ou enfrenta uma doença. A dica é refinanciar e, depois, quando estiver com uma situação melhor, buscar quitar”, afirma Letícia.

Ela orienta o consumidor interessado na renegociação a usar uma calculadora financeira, como a oferecida pelo Banco Central, disponível no site [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br). Assim o custo da operação fica mais claro.

Bancos. A reportagem procurou os três principais bancos privados do mercado (Bradesco, Itaú e Santander). Apenas Bradesco não respondeu às solicitações de entrevista.

As instituições destacam que procuram atuar junto a seus clientes sobre as condições oferecidas em refinanciamentos e portabilidade de consignados.

O Santander, por exemplo, aponta que a simulação do refinanciamento do consignado pode ser feita em seus canais digitais. O Itaú destaca que “segue processos internos rigorosos com objetivo de não gerar ônus adicional a quem optar pelo refinanciamento”.



## **Economistas alteram projeções para juro e câmbio**

**Valor Econômico - 11/06/2018**

A onda de vendas que assolou os mercados financeiros domésticos na semana passada começa a produzir as primeiras revisões de cenários - não por acaso, para pior. Grandes bancos privados do país já veem dólar mais alto do que antes. E outras instituições passaram a trabalhar com aumento de juros nos próximos meses, num quadro em que a depreciação cambial - que entre os extremos do ano chegou a 21% - elevará a inflação neste e no próximo ano.

O Itaú Unibanco elevou de R\$ 3,50 para R\$ 3,70 as estimativas de taxa de câmbio tanto para o fim de 2018 quanto para o encerramento de 2019. A equipe econômica do banco explica que a piora do cenário decorre de mudanças no quadro externo e de riscos internos. "As incertezas [...] têm se mantido elevadas e podem permanecer assim ao longo dos próximos meses", afirma a equipe. Outro ponto que desfavorece o real é o diferencial de juros, "muito baixo" para o padrão histórico.

O Bradesco aumentou a projeção para o fim deste ano de R\$ 3,35 para R\$ 3,60. A revisão é fruto do fortalecimento da moeda americana "em escala global", mas também das "incertezas remanescentes" quanto à agenda de reformas, além da piora do crescimento e da falta de margem fiscal para lidar com choques. "E reconhecemos que no curto prazo a relação do real com o dólar seguirá volátil", completam os profissionais do banco.

A MCM Consultores Associados foi ainda mais longe e já enxerga taxa de R\$ 4,20 ao término de 2018, mas não sem antes "provavelmente" ultrapassar R\$ 4,25 no momento de maior nervosismo. Em janeiro, a casa previa dólar a R\$ 3,46 para dezembro. Com esse pano de fundo, a consultoria também revisou as contas para a meta Selic, que deverá agora ser elevada em 100 pontos-base em dezembro (contra previsão anterior de estabilidade em 6,50% ao ano). A alta persistirá no começo do ano que vem, até que o juro alcance 9% em abril.

Antes com estimativa de Selic de 6,50% ao término de 2018, o UBS agora trabalha com juro 200 pontos-base mais alto apenas neste ano. As altas devem ser iniciadas após a eleição: ou seja, o mais provável é que haja duas elevações de 100 pontos-base em cada uma das reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) de outubro e de dezembro.

O economista-chefe da instituição, Tony Volpon, afirma que o juro mais alto será necessário porque o país ingressou num "regime de exceção", em que as rápidas mudanças da liquidez global exigem que a taxa de juros se ajuste a um prêmio de risco mais alto. Para evitar alta da meta Selic, seria preciso uma intervenção vigorosa e contínua no câmbio, como a anunciada na semana passada, e também uma melhora das condições globais. "No entanto, mesmo que isso acontecesse, a persistência da incerteza nas eleições provavelmente acabará por levar a pressões monetárias adicionais, o que explica o fato de a alta da Selic ser hoje nosso cenário-base", diz Volpon, ex-diretor do BC.

Mas as revisões de cenário ainda não são compartilhadas pela maioria do mercado. A despeito de toda a volatilidade, o Citi mantém cenário de que o real se valorizará até o fim do ano, fechando 2018 em R\$ 3,34 por dólar. Isso representa ganho de 11% frente ao patamar atual. Leonardo Porto, economista-chefe do banco no Brasil, acredita que o dólar no exterior voltará a cair e que as eleições locais resultarão na vitória de um candidato pró-reformas. Com isso, o dólar terá aberto caminho para cair mais em 2019, terminando o ano que vem em R\$ 3,23.

O Santander Brasil também manteve a estimativa já em vigor, de dólar a R\$ 3,50 ao fim de dezembro. Em relatório, economistas do banco chamam atenção para "quão esticado" o dólar se mostrou ao se aproximar de R\$ 4. "Embora alguns possam dizer que o real está 'caro' devido ao 'carry' incomumente baixo, outros podem argumentar que, em termos reais, a moeda brasileira está 'barata' como poucas vezes se viu desde 1994."

E o J.P. Morgan manteve a recomendação "acima da média do mercado" para o real e sustenta projeção de R\$ 3,60 ao término de dezembro.

## **Múltis do agronegócio pretendem recorrer à Justiça contra MP do frete Valor Econômico - 11/06/2018**

Ainda sob pressão dos caminhoneiros, que ameaçam deflagrar nova greve, o governo volta a se reunir hoje com lideranças do movimento para discutir uma terceira tabela de preços mínimos para o frete rodoviário. Há duas reuniões agendadas: pela manhã, na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), para discutir a terceira tabela, e à tarde, na Casa Civil, de monitoramento da crise, conduzida pelo ministro Eliseu Padilha.

Nos bastidores, o Planalto torce por uma solução judicial para encerrar a crise que se formou em torno das tabelas de frete, que expuseram a clara dificuldade do governo de lidar com o assunto.

A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), que representam as gigantes do agronegócio, como Bunge, Cargill e ADM, confirmaram ao Valor que vão entrar nesta semana com mais uma ação para suspender a MP 832, que criou o tabelamento. Elas consideram que a ANTT não tem competência para fixar tabela de preços de frete, e ainda que a imposição de um preço mínimo fere a livre concorrência de mercado.

Uma fonte do Planalto admite que o presidente Michel Temer aborreceu-se com o ministro dos Transportes, Valter Casimiro, que anunciou, na quinta-feira, a segunda tabela sem o amplo consenso dos caminhoneiros. Poucas horas depois, o ministério divulgou a revogação da tabela. Entretanto, Temer não

cogita afastá-lo, porque não deseja se indispor com o PR, sigla do ministro, às vésperas da campanha eleitoral.

O governo avalia que até mesmo os caminhoneiros, principalmente os autônomos, podem ser prejudicados por um tabelamento de preços que poderá ser derrubado por diversas ações judiciais.

No fim de semana, a Advocacia-Geral da União (AGU) contabilizava 15 ações na Justiça, em diversos Estados, contra a fixação do preço mínimo do frete. Em contrapartida, a AGU obteve a aplicação de multas a 151 empresas acusadas de locaute durante a greve. O valor global de multas reivindicado pela AGU é de R\$ 863 milhões.

Em outra frente, a Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos, Louças Sanitárias e Congêneres (Anfacer), que representa 70 empresas do ramo, também pretende entrar hoje com mandado de segurança contra o tabelamento do frete.

Do outro lado, entidades de caminhoneiros não abrem mão do tabelamento. A categoria tem esperanças de que o governo anuncie a partir de hoje uma terceira tabela com valores de frete mais próximos da primeira tabela -- publicada em 30 de maio, que desagradou sobretudo ao agronegócio

"Queremos uma tabela que dê para a gente sobreviver. Não queremos onerar a economia ou fazer algo inconstitucional", disse o presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos (Sindtac) de Ijuí-RS, Carlos Alberto Dahmer, após reunião com outros sindicatos da categoria, na ANTT, na sexta-feira.

Um ministro que acompanha a crise de perto disse ao Valor que o perfil descentralizado, disperso e "fragmentado" do movimento dos caminhoneiros dificultou a evolução das negociações por parte do Executivo. "O governo está pensado nesse assunto, não quer que volte uma greve e está tentando negociar", explica.

No Congresso, o governo mediu para que o ex-ministro do Desenvolvimento Social, o deputado federal Osmar Terra (MDB-RS), fiel aliado de Temer, assumisse a relatoria da MP 832 para assegurar os termos do acordo com os caminhoneiros.

## **Improvisos criam armadilha difícil de ser desmontada** **Valor Econômico - 11/06/2018**

A sucessão de trapalhadas envolvendo a tabela do frete rodoviário expôs a total falta de capacidade do governo para lidar com a crise em que o país mergulhou desde que os caminhoneiros decidiram cruzar os braços, em 21 de maio. De lá para cá, o que se viu foi uma espiral de improvisos, que se transformaram em armadilha difícil de ser desmontada.

No auge da greve, caminhoneiros autônomos fizeram chegar ao governo uma pauta de reivindicações que ia além da redução do preço do diesel, principal bandeira até então. Exigiam a aprovação do Projeto de Lei 121/17, que estabelecia uma tabela para o frete. Quase que imediatamente, empresários, políticos e técnicos familiarizados com o setor de transportes fizeram o alerta: não vai dar certo.

Grandes produtores rurais, tradings e associações representativas da indústria já haviam feito as contas e concluído que o frete mínimo requerido pelos motoristas aumentaria em até 30% os custos logísticos, tornando inviável o escoamento da produção. O governo já sabia disso, mas era refém dos grevistas.

Diante do avanço do desabastecimento, o Planalto atendeu a todos os pleitos dos caminhoneiros. Mesmo o PL 121/17, que ainda tramitava em uma comissão do Senado, foi acelerado por meio da MP 832/18. A tabela do frete mínimo estava instituída.

Não demorou e as falhas - muitas delas primárias - começaram a berrar. A tabela apresentada considerava apenas um tipo de caminhão dentre os vários que rodam pelo país. Não havia regras claras para as exceções, como cargas perigosas, transporte de valores, etc.

A Fiesp avisou que entraria na Justiça contra a medida. A CNI prometeu fazer o mesmo, assim como a CNA. Empresários do Rio Grande do Norte conseguiram liminar para derrubar a tabela. O governo sabia disso, mas era novamente refém, dessa vez dos empresários.

Uma segunda tabela, com preços 20% mais baixos, foi apresentada. Todos os tipos de caminhões foram contemplados, assim como as exceções. Os empresários ainda começavam a elogiar a medida quando os caminhoneiros voltaram à cena. Insatisfeitos com os novos valores, eles prometeram outra greve.

Alçado ao cargo após as desincompatibilizações eleitorais, o ministro dos Transportes, Valter Casimiro, sucumbiu rapidamente às ameaças. Em vídeo divulgado pelos caminhoneiros, ele anuncia que a tabela divulgada horas antes seria anulada.

Importante notar que a tabela fora elaborada pela ANTT, agência reguladora que deveria atuar com independência em relação ao Executivo. Mas como estamos no Brasil, o ministro não hesitou em declarar a nula a resolução.

Agora, os caminhoneiros vão participar da elaboração da tabela. Quem é do ramo sabe que fixar preços mínimos envolve inúmeras variáveis e interesses inconciliáveis. Bastante usado nos anos de 1980, o tabelamento foi abandonado depois que se constatou que sua prática tem tudo para dar errado. Prova disso é a estratégia considerada atualmente pelo governo: manter uma

tabela que agrade aos caminhoneiros e deixar que uma avalanche de liminares atenda aos empresários.

## **Maioria ainda não sente melhora no bem-estar**

### **Valor Econômico - 11/06/2018**

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre, de 0,4% em relação aos três meses anteriores, manteve a economia em trajetória de recuperação, mas ainda não foi suficiente para gerar percepção de melhora de vida nas metrópoles. O sentimento da maior parcela da população é que as coisas estão iguais nos últimos 12 meses - na vida em geral, na renda, nos preços.

Sondagem do Instituto Locomotiva com 2.006 pessoas de 19 regiões metropolitanas, obtida com exclusividade pelo Valor, mostra que 48% dos entrevistados acreditam que a vida de forma geral não mudou nos últimos 12 meses, enquanto 23% dizem que ficou pior ou muito pior. Uma parcela de 21% dos entrevistados percebe que a vida ficou melhor e 5%, muito melhor. Eles foram ouvidos na primeira semana de maio.

"A ideia de qualidade de vida é bem ampla e, a rigor, pode captar diferentes sentimentos, como a própria violência. Mas, acredite, no fundo, é sempre sobre a economia. E a percepção geral é que as coisas pararam de piorar, mas ainda não começaram a melhorar realmente. É como se estivéssemos no início de um processo ainda é muito frágil", disse Renato Meirelles, sócio e presidente do Instituto Locomotiva.

Quando perguntados sobre a qualidade de vida dos outros brasileiros, os entrevistados fazem uma avaliação ainda mais pessimista. Conforme a sondagem, 71% deles acham que a vida dos brasileiros está igual, pior ou muito pior do que há um ano. "Essa percepção sobre a vida do outro reflete o que as pessoas leem na internet e nos jornais, além da opinião de quem está próximo."

Com a lenta recuperação do mercado de trabalho, a maior parte (42%) das pessoas entrevistadas não percebeu ainda melhora da própria renda. Quase um quarto (24%) avalia que seus ganhos, inclusive, pioraram ou mesmo pioraram muito ao longo dos 12 meses até maio. Uma outra parcela, de 26%, respondeu que a renda melhorou e 4% que melhorou muito nesse período.

A percepção é condizente com a realidade do mercado de trabalho. Dados do IBGE mostram que a renda real dos trabalhadores foi de R\$ 2.165 de fevereiro a abril, baixa de 0,2% frente ao trimestre móvel anterior. O país tem 13,4 milhões de desempregados, número que não é ainda pior porque há 4 milhões de desalentados - os que sequer procuram emprego por não acreditar que vão encontrá-lo.

"Os efeitos da recuperação começaram a aparecer no mercado de trabalho, mas o nível de desemprego permanece muito elevado. Até porque partimos de

uma base bastante ruim. A melhora no emprego formal, por sua vez, é ainda bastante gradual. Então, faz sentido que não exista ainda uma sensação geral de melhora", disse José Ronaldo de Castro Souza Júnior, diretor de macroeconomia do Ipea.

Mesmo no campo da inflação, fonte de boas notícias no ano passado, a percepção não chega a ser favorável. Dos moradores das metrópoles, 46% acreditam que preços estão iguais nos últimos 12 meses e 24% que estão piores ou muito piores. Eles não deixam de ter razão: a cesta de bens e serviços acompanhada pelo IPCA ficou 2,86% mais cara em 12 meses - ou seja, os preços subiram pouco, na média, mas subiram.

Maurício Prado, diretor-executivo da consultoria Plano CDE, diz que, apesar da deflação dos alimentos, outros itens com peso relevante no orçamento das famílias ficaram mais caros nos últimos meses, carregando a percepção de uma inflação igual ou pior. É o caso do gás de cozinha, da gasolina e dos medicamentos, por exemplo. São itens mais sensível para famílias das classes C, D e E.

"A inflação baixa é pouco percebida também porque o poder aquisitivo não voltou aos níveis pré-crise. Ou seja, parou de vazar água do balde, mas ele ainda não está enchendo. As classes de menor renda ainda estão preocupadas sobre como vão pagar as contas no fim do mês, até porque não têm poupança", disse o diretor-executivo da Plano CDE.

Como a pesquisa ocorreu antes da greve dos caminhoneiros, o resultado sobre variação de preços provavelmente seria mais marcado se as entrevistas ocorressem hoje. Com restrição de oferta, itens como gasolina e alimentos ficaram mais caros. O IPCA de maio subiu 0,40%, acima da previsão dos analistas para o mês. E nova pressão é prevista para junho.

Para Meirelles, do Locomotiva, a melhora do mercado de trabalho é uma peça-chave para uma mudança de percepção dos brasileiros sobre qualidade de vida e bem-estar. Essa recuperação depende, em boa medida, de uma aceleração do ritmo da atividade econômica e da maior confiança sobre o futuro entre empresários.

O presidente do Instituto Locomotiva aponta ainda para a necessidade de construção de um "discurso de futuro" por lideranças políticas, empresariais ou da sociedade civil. Esse seria um dos caminhos para injetar otimismo e produzir um novo ciclo de renda e consumo no país.

"Os brasileiros querem um discurso de futuro, mas os políticos ainda estão presos a um discurso de passado. Os candidatos estão em um Fla-Flu, em vez de chamar uma união nacional. Se o caminho for a divisão política, vai ser uma eleição fragmentada e com aumento da distância entre representantes e representados", disse Meirelles.

A sondagem mostrou que 71% dos entrevistados acham que a política ela está igual, pior ou muito pior nos últimos 12 meses. Para eles, o Brasil de forma geral está igual (44%), pior ou muito (20%) de um ano para cá. "Todos achavam que a situação estava ruim no ano passado, e ela continuou ruim", resumiu Meirelles.

## **Aposentadoria per capita de militar custou R\$ 137 mil em 2017 Valor Econômico - 11/06/2018**

O gasto anual per capita do governo com o pagamento de aposentadorias e pensões dos militares chegou a R\$ 137 mil em 2017. Esse valor é sete vezes superior à despesa per capita por beneficiário do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que foi de R\$ 18,8 mil. No caso do servidor público civil, esse gasto foi de R\$ 121 mil no ano passado.

Os dados constam do relatório do Tesouro Nacional que faz análise dos ativos e passivos da União em 2017. O documento reforça a deterioração gradual da conta da previdência dos servidores públicos, incluindo militares, assim como dos trabalhadores da iniciativa privada nos últimos anos.

Em 2016, conforme o documento, o gasto anual per capita com aposentadoria e pensões de militares foi de R\$ 124 mil e dos servidores públicos civis de R\$ 108 mil. A despesa per capita do trabalhador que recebe benefício pelo INSS foi de R\$ 17,5 mil no mesmo período. Em 2008, os valores eram bem menores. A despesa anual per capita com previdência dos militares era de R\$ 61 mil; dos servidores públicos civis, R\$ 59 mil, e do aposentado pelo INSS, R\$ 8,8 mil.

Com despesas crescentes, o déficit per capita sobe tanto no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) como no Regime Geral da Previdência Social (RGPS), porque a contribuição previdenciária paga pelos ativos para financiar os atuais aposentados é insuficiente. Uma das explicações para isso é que os trabalhadores se aposentam cedo e estão vivendo cada vez mais. Com isso, o governo tem comprometido parcela cada vez maior do Orçamento para cobrir o déficit. A estimativa do governo de déficit do RPPS e RGPS para este ano é de R\$ 294,5 bilhões.

Para conter o ritmo de crescimento dessas despesas, governo e especialistas no tema defendem a necessidade de aprovação da reforma da Previdência. O governo tentou, sem sucesso, emplacar uma reforma. Conseguiu apenas aprovar um projeto substitutivo em comissão especial da Câmara, que deixava de fora alterações nas regras dos militares, cujo gasto per capita anual é mais elevado. A aprovação de alterações das regras de aposentadoria será um dos principais desafios do próximo governo para dar sustentabilidade as contas públicas.

Segundo o documento, o déficit per capita na previdência dos militares foi de cerca de R\$ 126 mil no ano passado, valor que precisa ser coberto pelo governo. Neste caso, somente foram instituídas receitas de contribuições para o custeio das pensões, sem considerar o custeio dos militares inativos, o que pressiona o déficit.

No RPPS, considerando apenas os servidores civis, houve crescimento per capita do déficit de forma mais acentuada até 2013. Em 2014, esse déficit caiu um pouco, mas voltou a crescer em 2015, 2016 e 2017. No ano passado, apenas 41% das despesas foram custeadas com receitas previdenciárias (o restante foi coberto por aportes do governo).

Na comparação entre os dois regimes, o déficit per capita do RPSS é proporcionalmente muito superior ao do RGPS. Em 2017, para cada servidor inativo, o governo federal aportou cerca de R\$ 71.500. No RGPS, o valor foi de R\$ 6.100 por beneficiário.

Técnico da equipe econômica reforçou que o aumento dos gastos previdenciários só será contido com a aprovação da reforma da Previdência Social, que também serviria para corrigir a distorção entre os benefícios pagos para servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada.

A proposta de reforma do governo Temer estabelecia idade mínima de aposentadoria de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres tanto para o trabalhador da iniciativa quanto para o servidor público. Mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a desvinculação dos benefícios do salário mínimo estavam previstas na proposta inicial, mas foram retiradas na tentativa frustrada de aprovar a reforma.

## **Greve e contas de luz devem pressionar IPCA em junho** **Valor Econômico - 11/06/2018**

Depois de ficar acima do esperado em maio, a inflação deve avançar ainda mais em junho, sob efeito da greve dos caminhoneiros e do acionamento da bandeira vermelha patamar 2 nas contas de luz. Com isso, a taxa acumulada em 12 meses deve passar dos atuais 2,86% para algo próximo a 4%. Mesmo diante dessas pressões e da disparada recente do dólar, analistas avaliam que a fraca atividade garante a continuidade de cenário inflacionário benigno no restante do ano.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de 0,40% em maio, acima do avanço de 0,22% de abril e do esperado pelo mercado (0,30%). Com o resultado, a taxa acumulada em 12 meses passou de 2,76% em abril para 2,86% em maio. A aceleração foi puxada pelo aumento de preços de alimentos e combustíveis, em decorrência do desabastecimento provocado pelo protesto dos caminhoneiros, além da alta da energia elétrica, devido ao acionamento da bandeira amarela nas contas no mês passado.



"O IPCA de maio mostra o impacto inicial desses 11 dias de paralisação, que vão pressionar ainda mais o dado de junho", afirma Tatiana Pinheiro, economista-sênior do Santander. A projeção do banco é de alta de 0,86% para o indicador este mês, com avanço em torno de 1% para o grupo de alimentação e bebidas.

A LCA Consultores elevou sua estimativa para o IPCA em junho de 0,60% para 0,82%, o que levaria a taxa acumulada em 12 meses para 3,94%. O economista Fábio Romão espera um avanço de 0,76% para alimentos e bebidas no mês e de 3,12% para a gasolina. Além disso, haverá pressão adicional na energia elétrica, devido à alteração da bandeira tarifária, de amarela em maio para vermelha patamar 2 em junho, com alta prevista de 9,41%.

Apesar da aceleração esperada para junho, o IPCA deve voltar a apresentar variações mensais mais comportadas nos meses seguintes, com a devolução dos efeitos temporários da greve, particularmente sobre os alimentos. Ainda assim, a taxa acumulada em 12 meses deve seguir avançando até setembro, "em razão do descarte de taxas negativas da alimentação no domicílio registradas no terceiro trimestre de 2017", como explicam os economistas do Itaú, em relatório.

Mesmo diante dessa expectativa, os analistas avaliam que o quadro inflacionário este ano segue confortável. Uma evidência disso é que, em maio, os preços de serviços tiveram uma deflação de 0,09%, enquanto a inflação subjacente de serviços mais sensível ao ciclo econômico e à política monetária - ficou bem comportada em 0,06%. Já a média dos núcleos da inflação foi de 0,23%, com a taxa acumulada em 12 meses recuando de 3,03% em abril para 2,95% em maio.

"Isso mostra que, se há pressão de câmbio de um lado, do outro, a atividade fraca vai ajudar a compensar esse efeito e fazer com que a inflação continue bem comportada pelo menos até o fim do ano", avalia Luiz Castelli, da GO Associados. O economista vê avanço de 3,6% para o IPCA em 2018, com leve viés de alta.

Na sexta-feira, o Itaú elevou ligeiramente sua estimativa para a inflação no ano, de 3,7% para 3,8%, em razão da revisão no cenário para taxa de câmbio. Para 2019, a projeção para inflação subiu de 4% para 4,1%, pelo mesmo motivo. O banco agora projeta o dólar em R\$ 3,70 no fim de 2018 e 2019, ante estimativa anterior de R\$ 3,50. A LCA também elevou as projeções para o IPCA, de 3,6% para 3,7% em 2018 e de 4% para 4,1% em 2019.

"A recente depreciação do real não é motivo de preocupação, à medida que o repasse da desvalorização cambial para os preços tende a ser baixa devido à fraca atividade econômica, somada à elevada capacidade ociosa da economia", avaliam Carlos Pedroso e Mauricio Nakahodo, do banco MUFG. Segundo eles, mesmo que o repasse aconteça, há espaço para acomodar uma

inflação maior e ainda assim cumprir a meta de 4,5%. "Isso sustenta a expectativa de manutenção da Selic em 6,5% até o fim de 2018", afirmam.

Essa visão, no entanto, não é consensual. A corretora Nova Fortuna vê a taxa básica em 7,25% no fim deste ano, a MCM Consultores elevou sua projeção para 7,5% e o banco UBS para 8,5%. "Acreditamos que o ciclo de ajuste do juro básico terá início este ano e precisará ser curto e contundente", diz a MCM.

## **Birô dos 5 grandes quer ir além do risco de crédito**

### **Valor Econômico - 11/06/2018**

Dois anos após ser anunciado, o birô de crédito controlado pelos grandes bancos vai lançar suas operações no último trimestre deste ano e terá foco no gerenciamento de dados para além dos serviços financeiros.

Sob a marca Quod, a companhia vai atuar num primeiro momento na análise de risco de crédito - mercado hoje dominado por Serasa Experian e Boa Vista. Mas a intenção é rapidamente ampliar o escopo para serviços de prevenção a fraudes e análise de dados para empresas e pessoas físicas.

"São áreas novas, mas com demanda crescente e ainda pouco atendidas. Vemos uma avenida com enorme potencial", afirma o presidente da Quod, Rodrigo Abreu - que fez carreira no setor de tecnologia e foi o principal executivo da Nortel, da Cisco e da operadora de telefonia TIM.

A própria escolha da marca busca transmitir o conceito de gerenciamento de informações de forma mais ampla. Quod é uma conjunção do latim que indica relação de causalidade.

O nome formal da empresa, porém, continua sendo Gestora de Inteligência de Crédito (GIC). Controlado em partes iguais por Itaú Unibanco, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Caixa, o birô teve sua criação anunciada em 2016 e formalizada no ano passado, depois de ser aprovado com restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Entre as exigências, estão a de que os bancos não deixem de usar os serviços das demais empresas de análise de crédito e a de haver não compartilhamento de estrutura entre sócios e companhia.

O plano do birô é oferecer serviços sob medida para instituições financeiras e empresas de outros setores, o que vai desde a análise de crédito até informações sobre transações, validação da identidade de clientes e tratamento de dados em geral.

Na análise de crédito, o modelo de negócios foi desenhado com base no cadastro positivo - que leva em conta todo o histórico de endividamento de uma pessoa ou empresa e a forma como paga suas contas em bancos, comércio e fornecedores de serviços como água, energia e telefonia. Essa também foi uma exigência do Cade, mas vai ao encontro da proposta da companhia. "É mais

sofisticado e produtivo que a análise de inadimplência. Você passa a ter informações mais completas, inclusive de consumidores que não têm conta em banco", diz Abreu, que concedeu ao Valor sua primeira entrevista desde que a Quod foi criada.

De acordo com o executivo, o cadastro positivo tem o potencial de reduzir os juros e dobrar o mercado de crédito no Brasil, que tem um estoque em torno de R\$ 3 trilhões. Isso abre espaço para o novo birô crescer, afirma.

Mesmo sem haver ainda a aprovação das mudanças previstas na legislação sobre o cadastro positivo, que passará a incluir informações de todos os cidadãos (o chamado "opt-out"), já será possível começar a trabalhar com os dados atualmente disponíveis, segundo o executivo. Os consumidores poderão acessar sua pontuação de forma gratuita por meio de um site e de um aplicativo.

A operação da Quod será ancorada em ferramentas de "big data", inteligência artificial e aprendizado de máquinas, que possibilitam uma leitura mais ágil e sofisticada das bases de informações. "Hoje, é possível fazer com rapidez correlações de dados que antes eram muito difíceis", observa Abreu.

A companhia nasce com uma estrutura de mais de 800 servidores, o que lhe dá uma flexibilidade maior que uma arquitetura baseada em "mainframe". A plataforma foi desenvolvida pela americana LexisNexis, com quem a Quod firmou parceria de longo prazo. O birô não revela quanto foi investido para montar a operação.

Apesar dos acionistas mais do que tradicionais, Abreu se refere à Quod como uma "startup" e uma "fintech", como são chamadas as empresas de tecnologia financeira. Segundo ele, o modelo tecnológico adotado dará agilidade ao birô para desenvolver novos produtos, e a ideia é que a empresa tenha uma estrutura pequena. A equipe, hoje composta por 30 pessoas, vai crescer, mas deve se manter enxuta.

## **Segurança pública receberá recursos de loterias**

### **Valor Econômico - 11/06/2018**

Num momento de instabilidade política e econômica, o presidente Michel Temer volta a apostar na agenda de segurança pública para tentar ganhar fôlego às vésperas do início da campanha sucessória. Ele sanciona hoje a lei que cria o Sistema Único de Segurança Pública e anuncia a edição de medida provisória que incrementa o volume de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

O texto da medida provisória, ao qual o Valor teve acesso, prevê a elevação dos recursos do fundo pela utilização de parte da arrecadação com as atuais loterias federais existentes. Segundo a exposição de motivos da norma, os recursos adicionais para a segurança pública são possíveis "devido à elevação da capacidade de arrecadação das loterias".

A partir do ano que vem, a norma também destina ao fundo a totalidade dos recursos arrecadados com a loteria instantânea exclusiva, a Lotex (conhecida como "raspadinha"), ainda em fase de implementação.

Houve remanejamento desses recursos, que antes seriam destinados ao esporte, porque o governo entende que o combate à violência agora é prioritário. "Essa realocação foi possível porque as necessidades de recursos para fazer frente aos desafios da segurança pública se apresentam, neste momento, com maior prioridade que as do esporte", diz o texto da MP.

Com mais esses repasses, a estimativa do governo é de incremento de 25% do valor do fundo neste ano, e de 60% ao longo dos próximos cinco anos. O impacto na arrecadação previsto para 2019 é de R\$ 453 milhões.

A elevação dos recursos do fundo era aguardada havia quatro meses, desde quando Temer deslocou Raul Jungmann da pasta da Defesa para o Ministério Extraordinário da Segurança Pública, área que o presidente gostaria de transformar em vitrine de sua gestão.

Ao Valor, Jungmann disse que o Sistema Único de Segurança Pública e a medida provisória darão pela "primeira vez um rumo à segurança pública, de modo compartilhado entre os entes federativos e com recursos previsíveis e permanentes".

Um dos problemas, entretanto, é a baixa execução orçamentária da rubrica nos últimos anos. A lei orçamentária de 2017 previu R\$ 1 bilhão para o fundo de segurança, mas desse total foram pagos apenas R\$ 388,9 milhões (38%). Para este ano, o fundo tem orçamento autorizado de R\$ 817,2 milhões, sendo que já foram aplicados R\$ 122,4 milhões - apenas 15% em quase seis meses. Os dados são do portal Contas Abertas.

Quanto ao impacto fiscal, a equipe econômica justifica, na exposição de motivos, que se deve ao alinhamento aos padrões internacionais do "payout" das loterias. O "payout" é o valor dos recursos reservados para o pagamento dos prêmios.

O "payout" atualmente está em torno de 40% do valor total das vendas de loterias, mas subirá para 50%, em média, alinhando-se às práticas internacionais. No caso da Lotex, que deverá ser a principal fonte de financiamento do fundo, o "payout" previsto é de 65%.

As planilhas de distribuição dos recursos constantes da medida provisória preveem que a principal fonte de recursos do fundo será a Lotex: 16,3% da arrecadação da loteria será destinada à segurança pública. Mas a loteria ainda está no plano virtual: a entrada em operação está prevista para 2019. O governo adiou a data do leilão de concessão da Lotex para 4 de julho.

Temer anuncia o aumento de recursos para segurança num cenário de escalada da violência. Na semana passada, a divulgação do Atlas da Violência 2018 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostrou que o número de assassinatos bateu recorde no Brasil em 2016: 62.517, o que corresponde a 30,3 homicídios a cada 100 mil habitantes, ou 7 assassinatos a cada hora. O estudo também mostrou que o país registrou 298.478 vítimas de homicídio em uma década (de 2007 a 2016).

Em meio ao debate sobre o volume de recursos para a área, o governo ainda tenta estruturar a pasta de Segurança Pública, criada há quatro meses. Somente na semana passada, o governo federal enviou ao Congresso Nacional uma outra medida provisória, a 840/2018, criando 164 cargos em comissão (DAS) para estruturar o ministério.

O impacto orçamentário da medida será de R\$ 14 milhões neste ano, de R\$ 19,4 milhões em 2019 e R\$ 19,5 milhões em 2020.

## **Maioria das companhias públicas ainda não atendeu a Lei das Estatais**

### **Valor Econômico - 11/06/2018**

A Lei das Estatais, criada para profissionalizar e melhorar o padrão de governança corporativa, por enquanto é uma realidade quase exclusiva de empresas controladas pela União. Faltando apenas três semanas para o fim do prazo oficial de adaptação, 30 de junho, um estudo feito pelo escritório de advocacia Cescon Barrieu, a pedido do Valor, mostra um atraso enorme, sobretudo na esfera estadual.

O levantamento revela que 63% das empresas controladas pelo governo federal pesquisadas já estão em conformidade com a Lei nº 13.303. Trata-se de um grupo de 84, ante amostra total de 133. Já no caso de sociedades ligadas a Estados, a lista de companhias que cumpriram as exigências se limita a dez, uma fatia de 6,9% de um universo de 145.

A análise do Cescon Barrieu abrangeu 278 estatais e levou em conta dados públicos até abril deste ano. Em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Distrito Federal foi possível mapear a totalidade. Nos outros Estados, foram consideradas empresas relevantes e com informações disponíveis.

Aprovada em junho de 2016, a Lei das Estatais dispõe sobre mudanças no estatuto social de empresas do tipo com receita operacional bruta superior a R\$ 90 milhões por ano. Para especialistas ouvidos pelo Valor, a diferença no andamento entre federais e estaduais explica-se pelos esforços de monitoramento e pelo tamanho das empresas.

"A Lei foi uma resposta à Lava-Jato e visa despolitizar e profissionalizar as empresas", destaca Alécia Bicalho, advogada especialista em direito público do Cescon Barrieu.

No âmbito federal, por exemplo, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, elabora há dois anos o Indicador de Governança (IG-Sest), que mede a conformidade de 46 empresas controladas diretamente pela União. A segunda certificação, divulgada em maio, mostrou que 70% das estatais avaliadas tiveram melhora na nota frente ao primeiro monitoramento. Três conseguiram nota dez na pesquisa: Banco do Brasil, Eletrobras e Petrobras.

O Valor procurou os tribunais de contas de todos os 27 Estados, mais o Distrito Federal, para saber se eles realizaram algum tipo de acompanhamento na implementação das normas. Apenas nove responderam. Deste grupo, somente dois Pernambuco e Santa Catarina - informaram como as estatais estão se adaptando à nova legislação, enquanto o restante disse que começaria um trabalho após o fim do prazo legal.

"A maioria dos tribunais de contas não internalizou a nova legislação. Já o Tribunal de Contas da União está muito à frente nesse sentido", diz Marcio Holland, ex-secretário de política econômica do Ministério da Fazenda e coordenador do Observatório das Estatais, da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Outro ponto que favorece as companhias federais é o fato de que muitas possuem capital aberto - o que as obriga a obedecer às normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em especial a Instrução nº 586, que estabelece a divulgação de informações sobre a aplicação das práticas previstas no Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhias Abertas.

É o caso da Petrobras, que já se adaptou à Lei das Estatais e, no dia 15 de maio, concluiu o processo de contratação, com o fim das licitações por convite. "A lei trouxe evoluções importantíssimas para todas as estatais. A Petrobras já havia incorporado vários pontos e agora a lei traz uma padronização", diz Márcio Campanelli, gerente executivo de conformidade da estatal de petróleo, em entrevista recente ao Valor.

A Sabesp é um exemplo de companhia estadual que está bem perto de concluir as mudanças exigidas. Michael Breslin, superintendente de gestão de riscos e de conformidade da empresa, calcula que 98% das alterações foram feitas, faltando apenas a aprovação da nova versão do Código de Conduta pelo conselho de administração - e algumas políticas institucionais pela diretoria colegiada. Segundo ele, o principal desafio foi alterar o estatuto social.

"As mudanças não puderam ser feitas dentro de casa. Submeter [as novidades] ao Codec [Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo] foi algo que demandou bastante", afirma Breslin.

Com o fim do prazo de adaptação se aproximando, fica a dúvida sobre o que acontecerá com as empresas que não cumprirem as exigências. Apesar de o regulamento da Lei das Estatais não prever qualquer tipo de punição, na prática, os responsáveis ligados essas empresas podem enfrentar sanções.

"O entendimento dos advogados é de que o descumprimento pode levar a processos por improbidade administrativa", afirma Marcelo Fridori, diretor de finanças do Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil).

Para Danilo Gregório, superintendente de vocalização e influência do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), a falta de uma instância que aplique penalidades é um dos desafios da lei. Ele explicou, no entanto, que alguns órgãos podem cobrar a aplicação das regras, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a B3.

No caso da B3, lembra Gregório, trata-se do programa Destaque em Governança de Estatais, com adesão voluntária e certificação de acordo com a Lei das Estatais - distinção também obtida, por enquanto, apenas por empresas abertas ligadas à União: BB Seguridade, Banco do Brasil, Eletrobras e Petrobras.

Em meio à discussão sobre maneiras de forçar mudanças, Paulo Vitale, sócio de aconselhamento de riscos da Deloitte Brasil, destaca que, mais importante do que punições, as empresas precisam se conscientizar de que a adaptação é positiva. "O seu cumprimento traz benefícios para as companhias, promovendo a transparência e atraindo investimentos."

## **Lei das Estatais impõe desafios às companhias**

### **Valor Econômico - 11/06/2018**

A adaptação de empresas públicas à Lei das Estatais esbarra em algumas questões, entre elas a implementação de regras ligadas à contratação e indicação de profissionais. Um estudo com 77 companhias do tipo, incluindo sociedades de economia mista, mostra que apesar de 80% possuir um plano estruturado e formalizado para atender aos requisitos da nova legislação, apenas 40% promoveram mudanças nos níveis executivos para adequar a estrutura organizacional às exigências de qualificação e independência. A análise foi realizada pela consultoria Deloitte, em parceria com Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil).

"Vemos empresas com diferentes graus de maturidade", afirma Marcelo Fridori, diretor de finanças do IIA Brasil. "É preciso preparar as pessoas para trabalharem de forma diferente."

Uma das exigências diz respeito ao conselho de administração. A lei prevê entre sete membros e onze membros, sendo que entre dois e três deles deverão ser independentes, sem vínculo com a empresa ou o acionista controlador, no caso, o governo. Segundo a pesquisa, menos da metade das empresas declararam atender requisitos básicos, como 25% de membros independentes em sua mais alta instância, avaliação de desempenho anual com a diretoria e o conselho e ter uma política de porta-vozes para alinhamento de informações.

O levantamento da Deloitte e do IIA Brasil aponta que muitas companhias não adotaram um comitê de auditoria estatutário, cuja função é aferir a adequação dos controles internos de mitigação de riscos e os processos de governança. Cerca de 43% das estatais entrevistadas não tinha um comitê do tipo, sendo que em 18% dos casos a função era desempenhada por outro colegiado, geralmente o conselho fiscal.

Em contrapartida, outras questões estão mais adiantadas. Uma delas, conforme o estudo, é a área de auditoria interna das estatais, que está plenamente instalada em três quartos das companhias analisadas, mas pouco mais da metade afirmou que a área conta com estrutura compatível com o porte e a natureza das atividades e com metodologias suficientes para desempenhar suas funções. E 59% delas disseram possuir um comitê de elegibilidade, que verifica a conformidade na indicação de membros aos conselhos de administração e fiscal, ao comitê de auditoria estatutário e às diretorias.

Do ponto de vista técnico, dizem especialistas, algumas questões demandam tempo e dificultam o processo de adaptação. "O primeiro desafio é em relação ao treinamento e capacitação dos envolvidos, além de riscos de controle", afirma Paulo Vitale, sócio de assessoramento de riscos da Deloitte Brasil.

Jerri Ribeiro, sócio da PwC Brasil, cita ainda o aspecto inerente a uma companhia pública. "As estatais, em todos os níveis, estão sujeitas a indicações políticas, seja no conselho ou diretoria."

## **Incertezas no mercado devem interromper queda de juro bancário**

**Valor Econômico - 11/06/2018**

A forte instabilidade nos mercados deve interromper o processo de redução das taxas de juros cobradas pelos bancos, que começava - ainda que timidamente - a ganhar corpo. As instituições anunciaram nas últimas semanas uma série de cortes nas taxas das principais linhas ao consumidor e pequenas empresas, desde o crédito imobiliário até o cheque especial.

Esse movimento agora fica comprometido pela disparada das taxas futuras de juros, uma das referências para o spread diferença entre a taxa de captação e a cobrada pelos bancos no crédito. Com a expectativa de que o cenário permaneça incerto durante o período eleitoral, executivos das instituições veem pouco espaço para novas mudanças nas taxas no curto prazo.

Mesmo antes da piora recente nos mercados, os juros cobrados pelos bancos não vinham acompanhando a redução da taxa básica de juros (Selic) na mesma proporção. O juro médio dos financiamentos com recursos livres encerrou abril em 41% ao ano, queda de 0,4 ponto percentual em relação ao mês anterior. No ano, porém, as taxas ainda registram alta de 0,7 ponto, de acordo com o Banco Central.



Aos poucos, porém, os cinco grandes bancos de varejo - Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Santander - começaram a anunciar uma série de cortes nas taxas em linhas para pessoas físicas e empresas. No crédito imobiliário, as taxas caíram para abaixo de 9% ao ano no Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que financia imóveis avaliados em até R\$ 950 mil.

Os bancos diminuíram também os juros em linhas como crédito consignado, financiamento de veículos, capital de giro e até no cheque especial. As condições, como de praxe, variam de acordo com o perfil do cliente, por isso a taxa anunciada muitas vezes não é a que o cliente obtém no balcão da agência ou no aplicativo do celular.

"Com a melhora consistente da inadimplência, conseguimos repassar esse benefício para o consumidor com a redução das taxas", afirma Eurico Fabri, vice-presidente do Bradesco. O banco anunciou corte nos juros do crédito consignado de 1,99% para 1,80% ao mês. A instituição também reduziu os juros no financiamento imobiliário, de 9,30% para 8,85% ao ano, e para a compra de veículos - a taxa mínima passou de 0,95% para 0,89% ao mês.

O banco concentrou os cortes nas linhas nas quais pretende crescer e que contam com menor inadimplência, segundo Fabri. Para ampliar as concessões, o banco não fez mudanças na política de crédito além da redução das taxas. "A melhora no perfil dos tomadores com a recuperação da economia tem levado ao aumento nas aprovações pelo banco", afirma.

A turbulência nos mercados, que deve se estender durante o período eleitoral, limita o espaço para quedas adicionais nos juros, mas a tendência de longo prazo ainda é positiva, segundo Fabri.

Mais do que a redução da taxa em si, o Santander tem procurado oferecer opções mais baratas de crédito, afirma Eduardo Jurcevic, superintendente-executivo de produtos de crédito do banco. "Se o cliente é elegível ao consignado, que é a linha com menor custo, o banco não vai fazer outra oferta até que ele tome toda a margem", diz. Dependendo do convênio, o executivo afirma que as taxas no consignado podem chegar a 1,30% ao mês. No crédito imobiliário, o banco reduziu em abril as taxas de 9,49% para 8,99% ao ano.

Depois de priorizar no último ano as linhas que consomem menos capital, a Caixa Econômica Federal anunciou a redução das taxas cobradas nas linhas de crédito imobiliário do SFH (de 10,25% para 9% ao ano) e no capital de giro para micro e pequenas empresas, que passa a ter juro a partir de 0,95% ao mês. Nos últimos 12 meses, o saldo de financiamentos do banco público para as companhias menores recuou 16,1%.

A Caixa deve manter o foco no financiamento imobiliário e para infraestrutura e promover cortes nas taxas dos demais produtos de maneira prudente, segundo o presidente do banco público, Nelson Antônio de Souza.

"Não reduzimos juros por reduzir", afirmou, em entrevista coletiva na divulgação do balanço do primeiro trimestre. Ele disse que o objetivo não é ser o banco com menor taxa, mas com taxas competitivas. Banco do Brasil e Itaú Unibanco também promoveram reduções nas taxas em linhas como crédito imobiliário, consignado e capital de giro para empresas.

Como era de se esperar, os bancos não estão dispostos a abrir mão de suas margens de lucro para reduzir os juros dos financiamentos. No primeiro trimestre, a margem financeira dos cinco grandes bancos, que inclui o resultado com crédito antes das despesas com provisão contra calotes, atingiu R\$ 67 bilhões, queda de 1,3% em relação ao mesmo período do ano passado.

A expectativa dos executivos é que a queda da inadimplência e o aumento do volume de novos empréstimos nas linhas de pessoas físicas e pequenas empresas, que são mais lucrativas, compensem o corte recente das taxas. Para o executivo de um grande banco, que pediu para não ser identificado, uma redução maior dos depósitos compulsórios, em particular nos depósitos a prazo, ajudaria a estimular a queda dos juros nas linhas de crédito. Mas todo esse cenário muda com a turbulência recente nos mercados.

As linhas de crédito com taxas mais altas, como o cheque especial e o rotativo do cartão de crédito, entraram na mira do BC. Dentro da agenda de redução dos spreads bancários, o regulador determinou o prazo máximo de 30 dias de permanência no rotativo do cartão de crédito. Após esse prazo, as instituições passaram a ser obrigadas a migrar a dívida para um crédito parcelado, com taxas mais baixas.

Antes que o BC fizesse o mesmo com o cheque especial, os bancos se anteciparam e anunciaram uma autorregulação. Pelas novas regras, que entram em vigor em julho, as instituições deverão oferecer opções mais baratas de crédito caso o cliente use mais de 15% do limite por um período superior a 30 dias. A adesão, porém, não é obrigatória, como no rotativo.

## **Mais firmas entram com pedido de recuperação judicial** **O Globo - 11/06/2018**

Com baixo crescimento econômico e receitas frustradas, empresas buscam impedir cobrança de dívidas

Depois de recuarem em 2017, os pedidos de recuperação judicial voltaram a subir no país. Entre janeiro e abril, houve uma alta de 30% sobre igual período do ano passado, chegando a 518 firmas. O aumento reflete a frustração de empresas que contavam com retomada forte da economia para elevar receitas e reequilibrar as contas. Ao pedir proteção legal, elas impedem a execução de dívidas. O governo propôs ao Congresso alterações na lei para ampliar o número de companhias que se recuperam. Hoje, apenas 25% se salvam de fato.

-SÃO PAULO- A frustração com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) já começa a afetar as empresas que apostavam numa retomada mais firme para reequilibrar seus negócios. Resultado: o número de pedidos de recuperação judicial, que tinha recuado em 2017, voltou a subir no país. Entre janeiro e abril, eles totalizaram 518, alta de 30% na comparação com igual período do ano passado. Com a greve dos caminhoneiros, em maio, e as oscilações bruscas do câmbio, na última semana, o caixa de muitas empresas foi ainda mais comprometido.

Na avaliação de Luiz Rabi, economista-chefe da Serasa Experian, esse crescimento ocorre porque as empresas, vendo que o aumento das receitas não ocorre como o esperado, pedem proteção legal para continuar operando sem ter nenhuma dívida executada.

— As empresas que estão em situação de dificuldade esperaram uma melhora que não veio, então, pedem uma boia de salvação. O aumento nas recuperações reflete a frustração com o crescimento da economia — avaliou, acrescentando que não acredita que será possível reverter essa tendência de piora ainda este ano.

No início de 2018, as projeções indicavam um crescimento da atividade próximo de 3%. No entanto, a recuperação que começou no ano passado estagnou, e os dados da atividade econômica no primeiro trimestre foram frustrantes, reduzindo as previsões do PIB para até 1,2%, expectativa do JP Morgan Chase. Hoje, o teto é 2%. Além disso, a forte valorização do dólar torna mais sensíveis as empresas que possuem dívida em moeda estrangeira ou dependem de insumos importados. PROCESSOS EXTRAPOLAM PRAZOS O crescimento dos pedidos de recuperação judicial neste ano atinge todos os segmentos de empresas. Entre as grandes, um dos casos mais recentes foi o da concessionária que administra o aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP). Na avaliação da Serasa, que faz a consolidação desses números, 2018 será pior que 2017, mas não tão ruim quanto 2016, recorde em número de pedidos da boia de salvação, com 1.863 casos.

Ao pedir recuperação judicial, essas empresas impedem a execução das dívidas, sejam elas com bancos ou fornecedores. No entanto, a dificuldade de negociação com credores impossibilita saídas rápidas, o que faz com que o plano de recuperação leve mais do que os 180 dias estipulados em lei para ser aprovado. Segundo consultores e advogados que dão assessoria nesses processos, os principais entraves são os elevados deságios sobre a dívida propostos pelas empresas, o que não agrada aos credores, e, muitas vezes, a falta de garantias.

Gustavo Dezouart, sócio do escritório Costa Tavares Paes Advogados, lembra ainda que a característica de algumas empresas dificulta o andamento do processo. Ele é advogado de um dos credores da construtora OAS, dona de uma dívida de mais de R\$ 11 bilhões. O processo demorou mais que o esperado porque a empresa transferiu a participação de uma de suas concessões, a Invepar, para um grupo de credores. Por se tratar de uma

concessão pública, foi preciso esperar a aprovação de todas as agências reguladoras.

— O processo, nesses casos, fica mais lento por questões de regulação e características dos ativos envolvidos. Como se trata de uma concessão, você precisa das autorizações. Em uma recuperação judicial, o mais difícil é encontrar um meio termo que agrade a todos os credores. A empresa quer reduzir as perdas, e o credor, maximizar garantias — comentou Dezouart.

A dificuldade em chegar a esse equilíbrio faz com que os prazos sejam extrapolados. A Abengoa, com dívida de quase R\$ 1 bilhão, deveria estar com seu plano aprovado no fim de março, o que não aconteceu. A Aço Cearense, com dívida de R\$ 1,8 bilhão, viu o prazo vencer no final do ano passado. Mesmo quando os montantes envolvidos são maiores, a dificuldade em se chegar a um acordo é grande, como é o caso da Sete Brasil, em que o valor da dívida chega a R\$ 20 bilhões.

— Os prazos acabam sendo muito maiores do que os estabelecidos em lei. Uma recuperação judicial deveria durar dois anos, mas, muitas vezes, nem o prazo de seis meses para aprovação do plano de recuperação é cumprido. O deságio é sempre o ponto mais difícil de negociar — disse Eduardo Sampaio, sócio da consultoria Alvarez & Marsal.

Outra questão sensível é o acesso ao crédito. Assim que dá entrada na Justiça, a empresa fica sem acesso a dinheiro novo, tendo de depender só da geração de caixa. Com o plano aprovado, começa a contar com prazo junto a fornecedores. No entanto, crédito bancário é praticamente impossível.

— A empresa fica sem crédito nenhum. Quando aparece algo, por meio de fundos especializados em companhias nessa situação, o juro é muito alto. É uma luta para a empresa sobreviver nessa fase inicial e mostrar aos credores que tem condições de seguir operando e se recuperar. Só pode contar com o caixa — afirmou Victor Guimarães, sócio da Leme Partners e que cuidou da recuperação da Life Imagem, empresa de diagnósticos do Rio. GOVERNO ESTUDA MUDAR LEI Para dar maior agilidade a esse processo e garantir que as empresas possam se recuperar efetivamente, o governo estuda algumas alterações na Lei de Recuperação, que é de 2005. Atualmente, apenas 25% das empresas em recuperação judicial conseguem se salvar de fato. Um dos pontos da proposta é deixar mais claro na lei a prioridade aos pagamentos de credores que concedem novos créditos à empresa durante a recuperação, incluindo não só os bancos, mas fornecedores.

Thomas Felsberg, sócio da Felsberg Advogados, que participou das comissões para a redação de um novo texto da lei, afirmou que há pontos positivos no texto, que já foi encaminhado para o Congresso. Entre eles, cita parâmetros para a insolvência de empresas que tenham operações também em outros países e a preferência a credores que não cessam as operações com empresas que entram na situação de recuperação judicial. No entanto, vê com preocupação o ponto que permite que a Receita Federal seja mais atuante na

cobrança de impostos sobre as empresas. Tributos não entram na recuperação judicial.

— Quanto mais rígido, mais difícil a recuperação da empresa. Não resolve o problema. Mas, se está ruim do jeito que está, pior se não for alterado — alertou Felsberg.

“As empresas que estão em situação de dificuldade esperaram uma melhora que não veio, então, pedem uma boia de salvação. O aumento nas recuperações reflete a frustração com o crescimento da economia” Luiz Rabi Economista-chefe da Serasa Experian

## **Economia pode ficar abaixo do potencial**

**DCI - 11/06/2018**

Planejamento estratégico de longo prazo do governo revela que o crescimento da economia brasileira ficará abaixo de seu potencial e vai patinar em 1,3% ao ano, a partir de 2021 até 2031, se a trajetória atual das contas do governo permanecer inalterada e nenhuma nova reforma fiscal for aprovada. O ritmo de alta da atividade econômica desacelera nos próximos três anos - 3% em 2019 para 1,3% depois de 2021 - devido à falta de solução para o rombo das contas públicas. As previsões serviram de base para a elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (2020-2031), que entra em audiência pública hoje (11). A elaboração do plano é uma orientação do TCU.

## **Custo do paulistano avança 0,07%**

**DCI - 11/06/2018**

O custo de vida do paulistano apresentou ligeiro aumento, de 0,07%, em maio, na comparação com abril. É que apontou indicador calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Desta forma, acordo com o levantamento divulgado na última sexta-feira, a taxa acumulada do ICV-DIEESE nos primeiros cinco meses de 2018, avançou 1,15%, e entre junho de 2017 e maio de 2018, subiu de 2,50%.

Na variação mensal, por estrato de renda, as taxas foram positivas. Para o estrato 1, que engloba as famílias de menor renda, foi de 0,14%; para o estrato 2, de 0,08% e, para o 3, de 0,05%.

Já na avaliação em 12 meses até maio de 2018, para as famílias com poder aquisitivo mais alto foram verificadas as maiores taxas acumuladas: 3º estrato, 3,08%; 2º estrato, 1,91%; e, 1º estrato, 1,47%. No acumulado do ano, a variação foi de 0,73% para as famílias pertencentes ao estrato 1; de 0,89% para as do estrato 2; e de 1,37% para as do 3.

Detalhes de maio

Os grupos Alimentação (0,35%), Educação e Leitura (0,07%), Habitação (0,06%), Saúde (0,04%), Despesas Pessoais (0,03%) e Despesas Diversas (0,03%) apresentaram taxas positivas. As variações negativas ocorreram para: Equipamento Doméstico (-1,05%), Recreação (-0,92%), Transporte (-0,20%) e Vestuário (-0,10%).

A contribuição do grupo Alimentação (0,35%) foi de 0,11 ponto percentual (p.p.) e a do Transporte (-0,20%), foi de -0,03 p.p.. As taxas dos subgrupos da Alimentação (0,35%) foram positivas para todos os subgrupos: produtos in natura e semielaborados (0,53%), alimentação fora do domicílio (0,32%) e indústria da alimentação (0,13%).

Na desagregação dos itens que compõem o subgrupo produtos in natura, destaque para raízes e tubérculos que tiveram aumento de 16,74%, com os preços da cebola (37,33%) e da batata (13,29%).

A queda do grupo Transporte foi de -0,20%. No subgrupo transporte individual (-0,30%), ocorreu diminuição nos preços médios do item operação (-0,53%). Este resultado se deveu ao recuo no valor do álcool de -5,68%, devido à safra da cana. Por outro lado, a gasolina aumentou 1,16% e o diesel, 4,40%. O subgrupo transporte coletivo não variou.

## **Economia fraca traz mais calote ao BNDES**

**DCI - 11/06/2018**

A inadimplência para capital de giro com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) mostrou alta superior a 1,5 ponto percentual em abril deste ano contra igual mês de 2017, tanto para pessoas físicas quanto jurídicas.

Para pessoas físicas, os últimos dados do Banco Central (BC) apontam que os calotes subiram de 3,4% para 5,3%, enquanto nas empresas, a inadimplência avançou de 1,5% para 3,2%. Os dados correspondem a empréstimos diretos do BNDES e também a repasses por outras instituições financeiras.

A economista da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), Ana Lucia Pinto da Silva, afirma que o movimento corresponde a uma quebra das expectativas positivas para a economia de 2018 vistas desde o final do ano passado.

“O problema é que a economia desacelerou e cresce em níveis inferiores do que o esperado, mas também a greve [dos caminhoneiros] recente que impactou a receita do mercado. Muitas empresas pegaram empréstimos esperando um faturamento que não veio”, explica.

Com o baixo retorno e as perspectivas frustradas, por exemplo, as concessões com recursos do BNDES para empresas também demonstraram quedas significativas.

O recuo foi de 79,6% em abril deste ano contra igual intervalo de 2017, de R\$ 265 milhões para R\$ 54 milhões.

Para o analista bancário da Planner Corretora, Victor Martins, o movimento vai depender não apenas do apetite de risco do banco de fomento daqui em diante, mas também da própria demanda.

“Quem mais tem tomado empréstimos são as famílias e as micro, pequenas e médias empresas, mas tudo depende de como as questões de incerteza vão se encaminhar”, diz.

Ele pondera que, a depender da retomada e do patamar de qualidade da demanda, o BNDES “voltará a emprestar”.

“O recurso e a liquidez existem, mas o cenário precisa estar propício”, completa.

Quanto aos ratings das operações de crédito registrados no primeiro trimestre frente à igual período de 2017, houve um aumento significativo nas classificações mais baixas.

Os recursos emprestados com rating D por exemplo, subiram mais de 1.000%, de R\$ 68,2 bilhões para R\$ 755,3 bilhões. Já as operações de rating G avançaram mais de 400%, de R\$ 40,8 bilhões para R\$ 204,8 bilhões na mesma relação.

Perda de espaço

Já em relação à perda de espaço do BNDES para os bancos privados, Martins reforça que já está acontecendo e que, dependendo das políticas exercidas, poderá se intensificar. “No ano passado, os bancos públicos correspondiam por 55,8%. Neste ano, já é de 53,4%”, disse o especialista da Planner.

## **Produção semestral deve decepcionar**

### **DCI - 11/06/2018**

O resultado da produção industrial de abril indica um 2º trimestre melhor do que os três primeiros meses de 2018, avaliam especialistas. Porém, o desempenho do semestre deve deixar a desejar.

“Abril foi um mês bem razoável, fugindo do padrão de baixo dinamismo do 1º trimestre. Porém, maio deve ser um mês perdido, em consequência da greve dos caminhoneiros, e o semestre vai depender muito de abril e junho. Provavelmente, a recuperação industrial da 1ª metade do ano vai decepcionar”, avalia o economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Rafael Cagnin.

A Pesquisa Industrial Mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada nesta semana, apontou crescimento de 0,8% na produção do País.

Nesta sexta-feira (08), foram apresentados os dados regionais do levantamento. Os destaques positivos foram Bahia (7%), Rio de Janeiro (6%) e Nordeste (6,5%). As principais quedas ocorreram no Pará (-8,1%) e Amazonas (-4,1%).

Dez dos 15 locais pesquisados tiveram crescimento. “A maior parte das regiões passou por esse movimento de melhora. Houve reação no Rio de Janeiro e no Nordeste. Outros estados, como o Rio Grande do Sul, continuaram crescendo. A exceção foi São Paulo”, aponta Cagnin. Para o economista, o fraco desempenho paulista puxou para baixo o resultado nacional. “Cresceu apenas 0,3%, é muito modesto e restringe o movimento de melhora como um todo, dado o peso que o estado tem no Brasil.”

Cagnin acredita que, mesmo que junho compense as perdas de maio, a recuperação efetiva do 1º semestre vai se limitar a dois meses, o que é preocupante diante das perspectivas de instabilidade na 2ª metade do ano. “A recuperação deveria ter sido mais vigorosa, diante dos possíveis desafios que serão enfrentados, caso esse contexto político e eleitoral venha acompanhado de instabilidade econômica. Se essa retomada tivesse se confirmado, o Brasil poderia passar por essa tempestade com um pouco mais de tranquilidade.”

O acumulado dos últimos 12 meses na indústria nacional (3,9%) foi o índice positivo mais alto desde maio de 2011 (4,5%) e manteve a trajetória ascendente iniciada em junho de 2016 (-9,7%).

Regionalmente, 13 dos 15 locais pesquisados tiveram altas em abril de 2018 e 13 apontaram maior dinamismo frente aos índices de março.

## **Venda para o Dia dos Namorados deve subir 3%** **DCI - 11/06/2018**

Pesquisa da Federação das Câmaras Dirigentes Lojistas do Estado de São Paulo (FCDLESP) mostra que as vendas para o Dia dos Namorados devem crescer em até 3% com tíquete médio de até R\$ 150.

Para os lojistas, os setores que mais se beneficiarão com este aumento são floriculturas, chocolates e acessórios pessoais. Para o presidente da FCDLESP, Mauricio Stainoff, é comum que alguns setores percebam algum aumento nas vendas, no entanto, é importante se atentar ao momento econômico do país.

“A economia está se recuperando, mas não podemos ignorar os reflexos da greve dos caminhoneiros, a Copa do Mundo e o aumento do dólar.”



Na região do ABC, a expectativa é um tíquete médio de R\$ 100,00 a R\$ 150,00. A previsão é do presidente da CDL de São Bernardo do Campo e Distritos, Marcello Alexandre. “A expectativa de estabilização da economia tem efeito positivo nas vendas. Setor de alimentação, cosméticos, vestuário, eletrônicos, floriculturas e motéis tem movimento acentuado.”

A CDL de Araçatuba prevê alta de vendas de 5% em 2017. “Cremos que algumas empresas ampliem em uma porcentagem de 2% para temporários”, conta, Gener Silva.

Já em Bauru, o varejo se mantém otimista. Em 2017, o crescimento de foi de 3%, para este ano o esperado é de 5%. O presidente da CDL, Odair Secco Cristovam, acredita que inflação e juros estabilizados influenciam o consumidor a fazer compras parceladas.

## **Com PIB fraco, inflação deve seguir dentro da meta e Selic em 6,5% ao ano**

**DCI - 11/06/2018**

A inflação oficial acelerou 0,4% em maio e deve ser ainda maior em junho, com efeito da greve dos caminhoneiros. Contudo, na avaliação de especialistas, a taxa deve fechar este ano não somente dentro da meta, de 4,5%, como abaixo dela, entre 3,6% e 3,9%.

Apesar da alta do IPCA, o acumulado de 2018 até maio (1,33%) foi o menor para o período desde a implantação do Plano Real. “No acumulado do ano, os preços médios dos itens de consumo tiveram muita queda, basicamente porque a economia ainda se encontra em um estágio de quase não crescimento, saindo de um período de crise para uma recuperação muito lenta. Então, não há pressão para um aumento de preços”, explica o professor do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, Nuno Fouto.

“Essa inflação é reflexo do problema da economia não estar deslanchando. Não estamos com a inflação baixa porque está tudo sob controle, mas sim porque estamos com problemas econômicos”, afirma o professor da Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade Fipecafi, George Sales.

Com esse cenário, a previsão dos especialistas ouvidos pelo DCI é de que a inflação deste ano não alcançará o centro da meta estabelecida pelo Conselho Monetária Nacional (CMN), mas deverá ficar mais próxima do piso, de 3%.

Outros fatores, entretanto, podem alterar as projeções para a economia brasileira neste segundo semestre de 2018, como a recente alta do dólar, que chegou a ser cotado em R\$ 3,84 na última quarta-feira (6), e aumentou a pressão para que o BC [Banco Central] venha a interferir na taxa de juros. O próprio presidente instituição, Ilan Goldfajn, afirmou, porém, que não usará política monetária para controlar os níveis do câmbio.

“A probabilidade do BC interferir na taxa de juros é pequena, e não seria necessária. O aumento dos juros seria para frear a economia, que teoricamente estaria aquecida, o que não é o caso, portanto não faz sentido aumentar os juros para conter o dólar. Existe a capacidade de controlar, existe reserva, o problema na verdade é a pressão política e do mercado”, diz Fouto. Atualmente, a taxa Selic está em 6,5% ao ano e a previsão é de que feche 2018 neste patamar.

### Impacto da greve

Ainda segundo o professor, o valor dos combustíveis, que levou à greve dos caminhoneiros no último mês, ainda deverá ter impacto no resultado da inflação dos próximos resultados. “Se o preço da gasolina se mantiver em patamar alto e o preço dos fretes for realmente reajustado, como deve acontecer, isso será repassado não só ao setor de transporte, mas também à cesta de consumo.”

“O mercado subestimou o impacto da greve no resultado do IPCA de maio. Mas essa aceleração será ainda maior no mês de junho, quando os efeitos da paralisação serão sentidos de maneira mais intensa, tanto no setor de transporte quanto no de alimentação”, reforçou ao DCI o economista da Mongeral Aegon Investimentos, Breno Martins.

## **Preços ao consumidor sobem para 0,43% no mês de maio**

**DCI - 11/06/2018**

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apresentou variação de 0,43% em maio e ficou 0,22 ponto percentual acima da taxa de 0,21% de abril. O acumulado do ano registrou 1,12%, o menor nível para o mês desde 2000, quando subiu 0,83%.

Conforme divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve alta de 1,76% no acumulado dos últimos 12 meses, acima do 1,69% registrado em período imediatamente anterior.

Os produtos alimentícios tiveram alta de 0,29% em maio ante 0,11% em abril. O agrupamento dos não alimentícios ficou com variação de 0,49% enquanto, no mês anterior, havia registrado 0,25%.

Entre os índices regionais, o maior índice foi em Campo Grande (1,12%), em virtude da alta de 8,90% na energia elétrica decorrente do reajuste de 10,65% nas tarifas, em vigor desde abril, aliado a aumento na alíquota de PIS/Cofins.

O menor índice foi o de Belo Horizonte (0,13%) ante à queda de 1,65% nas tarifas de energia elétrica, apesar do reajuste de 18,53% nas tarifas a partir de 28 de maio.

## **Legislativo eleva salários de elite do funcionalismo de SP**

**DCI - 11/06/2018**

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) e a Câmara dos Vereadores da capital aprovaram medidas polêmicas nas últimas semanas: de formas diferentes, ambas possibilitaram um aumento dos ganhos da elite do funcionalismo público paulista.

O forte apoio dos legisladores a esse tipo de projeto, mesmo em um ano eleitoral, mostra a falta de conexão da classe política com a sociedade, afirmou Rodrigo Prando, professor de sociologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

“Num momento complicado, em que vemos uma descrença tão grande da população sobre a política, é difícil de entender a concessão de aumentos salariais como esses”, disse ele.

Na opinião do especialista, é importante valorizar os servidores, mas não se pode deixar de considerar o contexto atual. “Além de ter estabilidade, a elite do funcionalismo já recebe mais que a média da população paulista. Não é a hora adequada para ampliar essa distância.”

Prando destacou que as medidas tiveram forte apoio da esquerda e da direita. “Parece que o interesse público ficou em segundo plano para os dois lados.”

Do ponto de vista econômico, os reajustes também foram criticados. “A situação das contas públicas não é folgada a ponto de o Legislativo ter espaço para conceder esse tipo de reajuste. Pelo contrário, ainda estamos saindo de uma forte recessão”, afirmou Luiz Fernando Castelli, economista da GO Associados.

Para ele, os aumentos dado aos servidores contradizem a política de corte de gastos adotada durante a crise. “Enquanto o governo amplia os salários das camadas mais ricas do funcionalismo público, são feitos cortes no investimento, o que impede a melhora da condição de vida da população mais pobre.”

### **Aumentos**

A Alesp aprovou, na última terça-feira (5), a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 5, com 67 votos favoráveis e quatro contrários. Com as novas regras, o teto para o funcionalismo do estado deixou de ser o salário do governador e passou a ser o dos desembargadores de Justiça – já alinhado ao

teto salarial do Judiciário. Dessa forma, o limite para os ganhos dos servidores subirá de R\$ 21 mil para R\$ 30 mil até 2022.

Por se tratar de uma PEC, a matéria não precisa da sanção do governador Márcio França.

A estimativa é que essa mudança tenha um impacto superior a R\$ 900 milhões no orçamento durante os próximos quatro anos, segundo projeção apresentada na própria PEC.

Os deputados estaduais que votaram a favor da proposta defenderam que é necessário valorizar os funcionários públicos de São Paulo. Caso contrário, disseram eles, o estado perderá servidores para regiões que paguem salários mais altos.

Já a Câmara aprovou, no dia 23 de maio, um Projeto de Lei (PL) que eleva os benefícios e gratificações dos funcionários mais bem pagos do Legislativo, inclusive os recebidos pelos vereadores. O PL teve 32 votos favoráveis e oito contrários.

A matéria, que ainda depende da sanção do prefeito, deve elevar em R\$ 43,6 milhões as despesas anuais da Casa. Em reportagem publicada na última quarta-feira (6), o DCI mostrou que o valor gasto para cobrir esse aumento garantiria a construção de quatro mil unidades habitacionais, a manutenção de 70 mil crianças em creches ou o pagamento do salário médio de 600 médicos.

## **Justiça multa empresas que se recusaram a propor acordo Valor Econômico - 11/06/2018**

Uma terceirizada e a empresa que contratou o seu serviço foram condenadas por litigância de má-fé porque não quiseram propor acordo a um empregado em uma ação sobre pagamento de verbas rescisórias. As companhias terão de pagar multa de 2% sobre o valor corrigido da causa e indenização ao trabalhador.

O juiz Everton Luiz Mazzochi, da 2ª Vara do Trabalho de São Paulo, julgou o caso com base na reforma trabalhista - Lei 13.567, de 2017, em vigor desde novembro. Pesou na decisão do magistrado, segundo consta na sentença, o fato de não haver dúvidas, no processo, que o ex-funcionário não recebeu as verbas rescisórias.

Por esse motivo, afirma o juiz na decisão, a atitude de "sequer tentarem" a conciliação se enquadra no artigo 793-B da nova lei - que trata sobre litigância de má-fé. E com base no 793-C, o magistrado estabeleceu a multa de 2% e a indenização.

A decisão é polêmica. Especialmente porque, segundo advogados, para que haja a conciliação - ou uma tentativa - as partes têm que estar dispostas. Não há no ordenamento jurídico brasileiro, acrescentam, punição para quem se recusa a propor um acordo. O caso julgado pela 2ª Vara de São Paulo, afirmam especialistas, é o primeiro que se tem notícias nesse sentido.

Até a reforma trabalhista não havia, na CLT, um regramento específico para a litigância de má-fé. Os juízes, quando aplicavam, utilizavam-se do Código de Processo Civil (CPC). "Mas era pouco usada" lembra Daniela Yuassa, sócia do Stocche Forbes Advogados. "Víamos mais nos casos de recurso protelatório. O sujeito sabia que ia perder e mesmo sem motivo para recorrer entrava com recurso", acrescenta.

Com a reforma foram introduzidos na legislação trabalhista os artigos 793-A, B, C e D. Há uma lista das hipóteses em que se pode condenar por litigância de má-fé. Entre elas, defesa contra fato incontroverso, resistência injustificada ao andamento do processo e o recurso protelatório. O 793-C permite ao juiz impor multa - superior a 1% e inferior a 10% do valor corrigido da causa - e indenização.

No caso julgado pela 2ª Vara de São Paulo (processo nº 1002187-83.2017.5.02.0002), a empresa terceirizada reconheceu na audiência que não havia pago as verbas rescisórias ao ex-funcionário e argumentou que não o fez por dificuldade financeira. Esse seria o fato incontroverso, que, no entendimento do juiz, justificaria a condenação.

Já a tomadora do serviço, ainda segundo a decisão do magistrado, responderia de forma solidária à dívida. E, sabendo do inadimplemento, deveria ter tentado acordo com o trabalhador.

Representante da empresa que terceirizou o serviço, o advogado Aldo Martinez Neto, do Santos Neto Advogados, diz que para esses casos, de empregadores que reconhecem a dívida em juízo, existe multa prevista pelo artigo 467 e o juiz, acrescenta, poderia ter aplicado o dispositivo. O que não poderia, na visão do advogado, é forçar a tomadora do serviço a propor um acordo com o trabalhador.

"A empresa estava se defendendo da existência ou não da responsabilidade subsidiária e não das verbas em si", argumenta o advogado. "E, além disso, por que a segunda reclamada faria um acordo se a primeira reclamada pode ser condenada e pagar? Não faz sentido", acrescenta Martinez Neto.

O advogado diz ainda que todos os artigos da CLT que tratam sobre conciliação deixam claro que a composição depende da vontade das partes. "Não há nenhum dispositivo estabelecendo que as partes que não conciliam, mesmo diante de uma situação incontroversa, estejam litigando de má-fé."

Na Justiça do Trabalho, diz Alexandre Pessoa, do escritório KLA Advogados, a conciliação tem uma importância muito grande. "Tanto que o nome original da

vara do trabalho era junta de conciliação e julgamento. Os juízes, geralmente, já abrem a audiência perguntando se há possibilidade de acordo", diz o advogado. "Então a má vontade das partes em negociar pode acabar atrapalhando o processo", complementa.

Para ele, no caso julgado pela 2ª Vara, no entanto, tem que se avaliar "o todo". "A terceirizada não pagou a rescisão, confessou a dívida em juízo e mesmo assim não fez o pagamento e sequer tentou um acordo com o trabalhador. Não me parece que o juiz tenha condenado por litigância de má-fé só porque não propôs o acordo e sim porque, além de tudo o que aconteceu, ela não tentou o acordo", acrescenta.

Não só os empregadores que vêm sendo condenados por litigância de má-fé. Os trabalhadores, após a reforma, também passaram a ser punidos com mais frequência pelos juízes. "Eu diria que com mais recorrência até do que as empresas", diz Daniela Yuassa, do Stocche Forbes Advogados. Ela cita como exemplo casos de trabalhadores que acionam o Judiciário para cobrar verbas rescisórias já recebidas.

Foi o caso de um ex-funcionário de uma terceirizada que prestava serviços de limpeza para condomínios. A juíza Ana Cristina Magalhães Fontes Guedes, da 28ª Vara do Trabalho de São Paulo, não só o condenou por litigância de má-fé, determinando o pagamento de multa de 2% sobre o valor da causa e indenização, como também revogou o benefício da justiça gratuita (processo nº 1000202-64.2018.5.02.0028).

Há caso ainda de condenação a trabalhadores que mentiram nos processos. Em um deles, julgado recentemente pela 1ª Vara do Trabalho de Diadema (processo nº 1000837-59.2017.5.02.0261), um homem foi condenado a pagar R\$ 20 mil porque pedia o reconhecimento de vínculo empregatício - alegando que havia trabalhado de forma informal por dois anos quando na verdade era sócio da empresa.

## **Tabelamento e concorrência**

### **O Estado de S. Paulo Sampaio - 11/06/2018**

#### **Onofre Carlos de Arruda**

A prática de tabelamento de preços de produtos e serviços é conhecida desde tempos imemoriais. Também são conhecidos os seus efeitos deletérios, dentre eles o desabastecimento, o mercado negro e a perda de eficiência econômica. Aqui, no Brasil, foi muitas vezes utilizada e os resultados não fugiram nem um pouco dessas consequências. Basta lembrar dos "fiscais do Sarney" prendendo gerentes de supermercados, da Polícia Federal laçando boi nos pastos, da Sunab tabelando o sanduíche de mortadela. Tudo isso deu em nada.

Felizmente, parecia que o Brasil havia acordado para a realidade de que só a livre concorrência produz bons resultados, premiando a inovação, os mais

eficientes e melhor distribuindo os seus resultados. Embora já tivéssemos em 1962 a Lei 4.137 versando sobre a defesa da livre concorrência, de teor bastante apropriado para o seu tempo, permaneceu ela durante a sua vigência pouco ou nada efetiva, dado o vezo protecionista-nacionalista que dominou por muito tempo a cena política nacional. Assim, e por conta disso, o Brasil sofreu grandes atrasos em relação a outros países de economia liberal e criou “cartórios” de ineficiência e protecionismo, impondo aos seus cidadãos o consumo de produtos de má qualidade, perigosos e caros.

Durante o período militar o Conselho Interministerial de Preços (CIP) impunha limites aos preços praticados pelas empresas, o que levava, quando não a uma uniformização de preços, a um desestímulo à redução de custos e transferência deles ao consumidor. Foi só no governo Collor de Melo que as barreiras foram levantadas e a nossa economia passou a se internacionalizar. Assim passamos a ter acesso aos melhores computadores disponíveis no mercado internacional, embora fortemente gravados por impostos, e os veículos aqui produzidos começaram a perder a justa pecha de serem “carroças”.

Nessa linha, em 1994 foi sancionada a Lei 8.884 e os órgãos de defesa da concorrência passaram a ter papel relevante no disciplinamento da economia nacional, sob a égide da livre concorrência, pois até então, no regime de tabelamentos e controles de preços, pouco ou nada podiam fazer a esse respeito. Era, de fato, impossível haver livre concorrência convivendo com tabelamento e controle de preços.

Hoje o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), reestruturado pela Lei 12.529/11, constituído por sua superintendência-geral e por seu tribunal, age livremente, instaurando, instruindo e julgando processos de investigação de práticas econômicas e fazendo análise de atos de concentração. Assim, tornou-se conhecido e respeitado tanto interna quanto internacionalmente, prestando um relevantíssimo trabalho em apoio ao desenvolvimento no Brasil de um mercado de produtos e serviços competitivo, compatível com a nossa economia. Não é só por isso, mas é também por isso que hoje o Brasil é um destacado líder mundial em agronegócios, competindo com vantagem em tecnologia e eficiência produtiva com qualquer país do mundo em produção de proteína animal, soja, milho, suco de laranja, açúcar, etanol, café, etc.

Isso só se tornou possível graças aos princípios da livre concorrência inscritos na nossa Carta Constitucional que visam a premiar a inovação, a qualidade e o menor custo. Por isso é, sem dúvida, temerário pensar em voltar aos tempos dos controles de preço e tabelamento, com o que em pouco tempo se jogariam fora todos esses avanços conquistados.

Mas no Brasil nada é impossível. Medida provisória publicada em 27 de maio último criou um tabelamento de preço para o frete rodoviário de cargas, em seguimento ao subsídio já conferido ao preço do óleo diesel. Trata-se, pois,

claramente, de um primeiro e triste sinal para o retrocesso e a violação do princípio constitucional da livre-iniciativa.

Bastaram alguma horas da publicação pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) da famigerada tabela para que se instalasse, como previsível, o caos em todos os segmentos da economia nacional, com maior efeito no segmento do agronegócio, em que seu impacto desastroso é inafastável. A tabela mostra-se claramente impossível de ser aplicada, tais são os valores adotados, os erros e a confusão nela contidos.

Têm razão as entidades vinculadas ao agronegócio, que responde pelo abastecimento interno e por grande parte das nossas exportações, ao denunciarem a paralisação que já se manifesta em todo o setor, com perda para produtores, transportadores, exportadores e consumidores. Ninguém escapa das consequências desse equívoco. Parece claro que, a prevalecer essa famigerada tabela, além de aumento geral de custos e preços e da criação de um novo “cartório”, com todos os vícios que lhe são inerentes, se estará reiniciando uma nova era de controle de preços. Por que se iria tabelar apenas o combustível e o frete rodoviário, e não fazer o mesmo em muitos outros segmentos da economia, que certamente também encontrariam para isso suas justificativas?

Aceitar a volta ao regime de tabelamento e controle de preços seria um enorme retrocesso para o País e um grande imbróglio para o governo federal, que já agora terá de se haver não apenas com os acionistas da Petrobrás e os caminhoneiros, mas também com todo o setor produtivo.

Tem razão o Cade, que, ao tratar do assunto, em vez de subsídio ao óleo diesel e o tabelamento do frete, propôs uma série de medidas que podem ser estudadas para tornar mais livre a comercialização dos combustíveis, trazendo mais, e não menos racionalidade à nossa economia de mercado. É, pois, preciso que o governo federal ouça a voz dos setores produtivos e adote, como proposto pelo Cade, medidas que favoreçam a livre concorrência, e não a cartelização, seja de um setor tão vital para a economia como o do transporte de cargas, seja de qualquer outro. Não se deve ter saudade do CIP, os tempos são outros.

É temerário pensar em voltar ao controle de preços, um enorme retrocesso para o País

## **Planos odontológicos**

### **O Estado de S. Paulo 11/06/2018**

**Antonio Penteado Mendonça**

Os planos dentários foram criados para fazer frente a todo aquele tipo de situação que não pode ser considerada uma exceção ou mesmo imprevisível



Dentista é uma palavra que assusta. As pessoas, em média, não gostam de pensar no assunto, mas tratar da boca é tão importante quanto tratar do coração. Quem imagina que tratar da boca é apenas obter cáries está enganado. Tratar da boca vai muito além dos dentes e não o fazer pode ter sérias consequências para a saúde.

A imensa maioria das consultas a dentistas são procedimentos de rotina, como limpeza dos dentes, raspagem da gengiva, retirar tártaro, refazer obturações, verificar cáries, etc. Mas há procedimentos mais sofisticados que também são feitos regularmente, como colocar aparelho, extrair dentes, tratar canal, fazer implante, etc.

Esta gama de procedimentos tem em comum uma coisa: o preço. Dentista hoje custa caro. Não porque os profissionais não mereçam o que cobram, mas porque a remuneração média do brasileiro é baixa e invariavelmente mal dá para os custos fixos do dia a dia. Qualquer despesa extra onera a conta e quando esta despesa é um pouco maior e inadiável, como é o caso de ter que tratar uma dor de dente, o desequilíbrio financeiro pode evoluir para entrar no cheque especial ou fazer um empréstimo para pagar a conta.

Não é por outra razão que o brasileiro, além dos planos de saúde privados clássicos, nos últimos anos, tem procurado e contratado planos odontológicos. É a solução para uma despesa certa que ocorrerá num momento incerto, podendo agravar substancialmente a situação econômica do cidadão.

Ninguém pode prever quando terá uma dor de dente. Mas todos podem se programar para, pelo menos uma vez por ano, visitarem um dentista para uma consulta de rotina, na qual se fará uma verificação das condições da boca e provavelmente uma limpeza dos dentes e da gengiva.

Tem quem dirá que este custo é suportável e que a soma das mensalidades do plano odontológico durante um ano custará mais caro. É verdade. Se não houver qualquer tipo de problema e a consulta se encerrar com a limpeza, o seu custo será menor do que a anuidade do plano. Mas como fica se durante a verificação o dentista descobrir uma cárie ou, mais complicado, se identificar a necessidade do tratamento de um canal?

Quanto custa colocar um aparelho para corrigir os dentes, a mastigação ou outro problema que exija o uso do equipamento? É sempre bom lembrar que o uso de aparelho costuma ser um processo relativamente longo, durante o qual é necessária a manutenção e a troca das peças, bem como maior atenção aos dentes e, por isso mesmo, exige visitas mais constantes ao dentista.

Os planos odontológicos foram criados para fazer frente a este tipo de situação, que não pode ser considerada uma exceção ou mesmo imprevisível. Fazer o acompanhamento das condições da boca é algo que começa na infância. Com pouca idade, a criança já deve ir ao dentista para mapear a primeira dentição, passar flúor, verificar a arcada, além de identificar as medidas necessárias para minimizar problemas futuros.

Isso é só o começo. Ao longo da vida, todos os seres humanos terão, em algum momento, algo mais ou menos sério que exigirá a visita ao dentista. Daí a importância da prevenção no tratamento dos dentes. Tudo que pode ser identificado ou tratado ainda no começo é menos dolorido e mais barato do que deixar o quadro evoluir para um problema crônico que poderia ter sido minimizado.

As emergências e os acidentes não podem ser previstos. Ninguém tem o dom de evitar uma queda ou uma batida que quebre um dente. Ninguém tem como evitar uma inflamação de canal. São eventos que atingem milhões de pessoas e que podem custar caro.

O surgimento dos planos odontológicos é consequência da necessidade de proteção, por um preço suportável, para situações que podem custar caro. Com coberturas que atendem as duas grandes vertentes - os tratamentos em função das particularidades de cada boca e os acidentes de percurso -, os planos odontológicos ainda oferecem uma rede credenciada em condições de prestar eficientemente o atendimento necessário. Isso faz deles produtos tão importantes quanto os planos médicos hospitalares.

Ao longo da vida, todos os seres humanos terão algo mais ou menos sério que exigirá a visita ao dentista

## **Não dá para abrir conta conjunta para investir** **O Estado de S. Paulo - 11/06/2018**

**Fábio Gallo**

Soube que a minha pontuação de crédito não é a máxima nos birôs especializados. Não entendo a razão: sou bom pagador, nunca fui inadimplente ou tive meu nome 'negativado'. Como posso fazer para melhorar a minha pontuação?

Melhorar a pontuação de crédito começa por entender como as empresas especializadas calculam esse número, chamado no mercado de score. Os birôs de crédito utilizam dados públicos a partir de seu CPF e analisam o seu cadastro, o histórico de pagamentos e busca por crédito em lojas, instituições financeiras e cartões de crédito. No seu histórico entram todas as contas pagas, como água, gás, luz, telefone, gastos com cartão de crédito, crediários em lojas, tomada de empréstimos, financiamentos, etc. Essa análise é dinâmica, ou seja, você pode estar hoje com suas contas em dia, mas, se há algum tempo atrasou alguma dívida, sua pontuação cai. Considere que ganhar muito não significa que a pontuação seja alta. Há muitas pessoas que ganham muito bem, mas gastam mais do que devem – e, por causa disso, têm uma pontuação de crédito muito baixa. Pontuação de crédito alta significa que você toma crédito e é um bom pagador. Tudo que lojistas, bancos, financeiras e até o seu cabeleireiro querem é o consumidor que compra muito e paga em dia. Uma primeira dica importante é manter a sua vida financeira organizada,

planejando gastos e investimentos. Algo também importante é você abrir o seu cadastro positivo junto às empresas especializadas. Usar o cartão de crédito ajuda. Ter crédito também ajuda, mas não saia por aí pedindo crédito para todo mundo – isso atrapalha, mesmo porque, se você é bom pagador, as empresas virão atrás de você. Mas, algo que você não deve fazer é confiar em empresas na internet que prometem melhorar o seu score. Subir a sua pontuação de crédito só depende de você.

Vamos nos casar em 16 meses. Gostaríamos de abrir uma conta conjunta para ir acumulando mensalmente o dinheiro em um investimento que fosse de baixo risco. Um mês antes do casamento queremos ter por volta de R\$ 60 mil para pagar a festa. Qual seria o melhor investimento em aplicações de renda fixa? Outra dúvida: na hora de declararmos o Imposto de Renda, cada um pode declarar 50% desse investimento? Abrir conta corrente ou de poupança conjunta é possível, mas conta conjunta de investimentos não. Abrir uma conta de aplicações financeiras, por exemplo, numa instituição especializada ou em uma corretora só é possível com um único CPF – embora o retorno do investimento possa ser depositado em uma conta conjunta. Assim, vocês podem ter uma conta corrente conjunta e, dessa conta, transferir o montante para um investimento. Encontrei um caso na internet admitindo abrir conta conjunta em corretora, mas, mesmo assim, é preciso entender que um investimento – por exemplo, aplicações no Tesouro Direto –, será feito em um único CPF. Já no crédito de juros ou resgate do papel, o valor poderá ser depositado na conta conjunta. A parte do saldo da conta corrente conjunta de cada um deve ser declarada em sua respectiva declaração de Imposto de Renda. Como o objetivo de vocês tem prazo bem marcado e a ideia é investir mensalmente, vocês podem pensar no Tesouro Selic ou num fundo de renda fixa, desde que tenha taxas de administração bem baratas. Para juntar os R\$ 60 mil vocês devem aplicar algo em torno de R\$ 3,5 mil por mês.

## **Sobre ir para o céu (sem precisar morrer)**

**O Estado de S. Paulo - 11/06/2018**

**Luís Eduardo Assis**

A barafunda em que se transformou a greve dos caminhoneiros é o desdobramento natural de uma tragédia em três atos. O primeiro foi protagonizado pelos subsídios à compra de caminhões instituídos pela presidente Dilma. Entre 2008 e 2014, cerca de 1 milhão de caminhões novos foram licenciados, mais que o acumulado nos 16anos anteriores. Uma bolha que estourou com a recessão. Simplesmente há mais caminhão do que carga.

O segundo equívoco foi a prática de reajustes diários por parte da Petrobrás, justamente no momento em que coincidiram o aumento do preço do petróleo e a valorização do dólar. Nos 12 meses até maio de 2018, o dólar apreciou 15,2%, ao passo que o barril do petróleo avançou 50,7%. Isto significa que o preço internacional do petróleo, em reais, avançou nada menos que 73,6% em apenas um ano, a maior valorização desde março de 2003.

Não é preciso um poder de clarividência mediúnico para perceber que isto geraria uma pressão insuportável sobre os caminhoneiros. A vinculação ao preço internacional é inevitável – como é o caso para todas as commodities – e é tolice imaginar que a Petrobrás devesse definir preços com base nos custos de produção. Mas ajustar o preço diariamente, nestas condições, é crueldade que poderia ser mitigada.

O último ato tem a ver com a própria incompetência do governo. Em outras condições, talvez os caminhoneiros direcionassem seus mísseis para as empresas transportadoras e buscassem reajustar o frete das mercadorias. O preço da abobrinha, dos remédios e dos sapatos ficaria mais caro. A inflação subiria uma merreca, os brasileiros ficariam um pouquinho mais pobres (porque, afinal, houve desvalorização cambial e aumento do petróleo) e a vida seguiria adiante, com a normalidade anormal a que já estamos habituados.

Mas como o governo é fraco, é melhor reposicionar a artilharia e tirar proveito de sua lassidão. Deu certo para os grevistas – e muito errado para o Brasil. A coordenação e a harmonia dos ministros de Temer só podem ser comparadas à de uma escola de samba da Coreia de Norte. A ideia de tabelar fretes e fiscalizar postos de combustíveis é um retrocesso vexatório.

O saldo desta tragédia é que o debate eleitoral ganha contornos ainda mais incongruentes. Pesquisa do Datafolha indicou que 87% dos pesquisados apoiou a greve, mas, da mesma forma, também 87% é contra aumento dos impostos ou corte de gastos federais para financiar o subsídio ao diesel.

Talvez esta seja a síntese do momento em que vivemos. O debate econômico lamentavelmente ainda não avançou a ponto de convencer a população de que não existe almoço grátis. A percepção geral é de que o pantagruélico desajuste fiscal poderá ser equacionado apenas pelo combate à corrupção e o corte de privilégios. Não será. É inevitável também rever direitos, já que o Estado brasileiro simplesmente não comporta a voracidade de anseios dos segmentos organizados da população. Houve

Enquanto nos perdemos em interesses corporativistas, o rombo fiscal alimenta a dívida pública

um tempo em que o conflito distributivo se manifestava na inflação. Ganhava o jogo quem tinha poder de mercado para indexar seus preços de forma mais eficaz. Hoje o conflito se manifesta por meio do achaque aos cofres públicos, de forma coordenada e institucional. Ganha o segmento que consegue se organizar para extorquir um Estado em anomia.

A conta vai chegar. Enquanto nos perdemos na conflagração de interesses corporativistas, o rombo fiscal alimenta o crescimento da dívida pública.

O Brasil de hoje não decepciona o mais lúgubre dos pessimistas. Faz lembrar as palavras do poeta Marcelo Montenegro. Estamos em “um cruzamento / onde o semáforo pifou / o futuro é um cartaz antigo/ num cinema que fechou”.

## **‘País está no limite da capacidade de se endividar’**

**O Estado de S. Paulo - 11/06/2018**

**Direto da fonte/Sonia Racy**

A semana passada foi para lá de tumultuada, resultado do ataque de insegurança no mercado brasileiro em relação à eleição presidencial, somado à desastrosa condução do governo na solução da greve dos caminhoneiros. A iniciativa privada está, hoje, convencida de que Ciro Gomes ou Jair Bolsonaro tem enorme chance de sair vencedor em outubro. Pergunta que não quer calar: qual seria a linha da política econômica? Nem um nem outro inspira confiança no PIB. Por mais que evitem demonstrar, ambos têm alma estatizante e heterodoxa. “A minha impressão é que o quadro só ficará claro depois da Copa”, avaliou, em conversa com a coluna, José Alexandre Scheinkman, professor na Universidade de Columbia e professor emérito de Princeton.

Criticando os subsídios aos caminhoneiros e o estabelecimento de preço mínimo do frete, o economista brasileiro – que trabalha há mais de 30 anos no exterior – acompanha com lupa os acontecimentos no Brasil. Indagado sobre quais seriam os pontos que o próximo governo precisa atacar, concorda em que a questão fiscal é urgente. Entretanto, ressalta que o principal problema de longo prazo é o fato de que o País cresce menos do que a média mundial. “E agora, com o fim do nosso bônus demográfico, a situação tende a piorar.”

Nas últimas décadas, segundo Scheinkman, houve estagnação da produtividade. “Ela joga papel crucial na melhoria do nível de vida dos países”, pondera, “e a produtividade da Coreia do Sul, de China ou Índia aumentou, nos últimos anos, muito mais rapidamente que a dos EUA. A brasileira, infelizmente, decresceu 20% em comparação com a americana”. Um desastre.

Em sua avaliação, a reforma trabalhista ajuda mas precisa ser complementada por outras medidas. Uma reforma tributária deve substituir os diversos impostos e contribuições que incidem sobre a produção (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS) por um imposto com alíquota única sobre o valor adicionado, a ser distribuída entre entes federativos. “A lógica e a experiência internacional mostram que o imposto sobre o valor adicionado não é bom instrumento para fazer política de redistribuição, há outras maneiras mais eficientes. Entretanto, essa mudança acabaria com a proliferação de regimes especiais para o ICMS nos Estados onde certos setores e até mesmo certas empresas com amigos nos governos se beneficiam de alíquotas menores”. Esse regime simplificado se aplicaria a todas as empresas, substituindo em particular o Simples, que “penaliza o crescimento das empresas mais eficientes”.

A educação tem que melhorar, acrescenta. E o País deve promover uma abertura comercial séria. “Tem que mudar o arcabouço regulatório para atrair mais investimentos em infraestrutura e em programas de pesquisa. Temos que reproduzir, em outras áreas, a Embrapa – iniciativa que foi crucial para os

impressionantes ganhos de produtividade do agronegócio brasileiro.” Constam de sua lista, ainda, reformas institucionais no ambiente de negócios para aumentar a criação de novas empresas. Aqui vai a entrevista.

**O Brasil acaba de conceder novos subsídios para conter a greve dos caminhoneiros. E o governo, controlador da Petrobrás, quer flexibilizar a política de preços da gasolina. O que acha disso?**

Eu já dizia, quando o governo Dilma controlou o preço dos combustíveis, que não há nenhuma lógica em uma política de subsídios ao uso dos derivados de petróleo a menos que o governo tenha como objetivo aumentar o congestionamento e os acidentes de trânsito e piorar a saúde das pessoas. E este subsídio nos aproxima ainda mais de uma crise fiscal. O governo está perto do limite da sua capacidade de endividamento.

**O que acontece quando a Petrobrás vende derivados de petróleo abaixo do preço internacional?**

**Essa política subsidia os usuários às custas dos seus acionistas. E quem são esses acionistas?**

O maior é o Estado – portanto, a população brasileira. Os outros, os privados, são prejudicados: ao subsidiar, a estatal aumenta seu custo futuro de captação de capital justamente em um momento em que vai precisar fazer investimentos para aproveitar oportunidades no pré-sal.

**E quanto ao preço mínimo estabelecido para o frete?**

A política de subsídios à compra de caminhões – parte do Programa de Sustentação do Investimento no período 2009-2016 – inflou a frota de transporte e teve como consequência lógica o baixo custo do frete. Este foi um problema criado pelos governos do PT. Entretanto, o governo Temer decidiu “resolver” a questão organizando o que chamo de cartel do transporte rodoviário. Isto impõe custos inesperados aos usuários e consumidores finais e cria nova insegurança jurídica.

**Diria que os caminhões vão ter todos carga cobrada a preço aumentado artificialmente?**

Não, vai é sobrar caminhão sem carga. O proprietário, naturalmente, fica tentado a dar descontos por fora, o que ele quer é arrumar serviço. Essas transações por fora são mais difíceis para as frotas e para os usuários formalizados, que são também os mais eficientes. Acredite. Mais uma vez, o Brasil cria um mecanismo para subsidiar a... ineficiência.

**Podem acontecer, em função disso, novas greves parecidas?**

Bom, temos que nos perguntar quais outros setores vão ser tentados a usar táticas semelhantes. Mais preocupante ainda é que o lockout-greve bloqueou

as rodovias aparentemente de forma ilegal. E conseguiu, assim, que o governo impusesse custos extraordinários à população em benefício dos caminhoneiros.

**Sei que você não faz previsões. Mas o que vai acontecer se o País não conseguir conter o déficit público? Se não reformar a Previdência? Vamos quebrar?**

Sempre pode acontecer um milagre de crescimento. Mas, fora isto, sem a reforma da Previdência vamos ter uma crise fiscal severa. A tese do almoço grátis, seja na versão “trumpiniquim”, da qual o corte dos impostos se autofinancia, seja na versão heterodoxa de que os gastos do governo se autofinanciam, não tem suporte empírico. Exceto, talvez em situações muito especiais.

**A reforma da Previdência proposta pelo governo Temer é suficiente para colocar a questão fiscal nos trilhos?**

Não. São necessárias também a reforma do Estado e uma reavaliação – começando de base zero – de todos os programas de governo, para saber quais cumprem o objetivo para o qual foram criados.

E os Estados e municípios? Estão falidos, incapazes de continuar a fornecer os serviços básicos e pagar sua folha – a pressão para salvá-los vai ser muito grande.

É preciso criar mecanismos que impeçam a União de ajudá-los e que permitam aos gestores tomar as medidas duras necessárias para restabelecer o equilíbrio fiscal.

**Nestas eleições de 2018, a frase “é a economia, estúpido” está valendo? Ou seria “é a política, estúpido”?**

Os fatores não econômicos continuam muito relevantes. Se não, como explicar o fenômeno Bolsonaro, um candidato que um dia repete o discurso nacionalista dos anos 50 contra “entregar nossas riquezas minerais, nossas terras agricultáveis” e no outro reproduz as sugestões de um assessor ultraliberal?

**A questão da segurança vai ter um papel importante nestas eleições?**

Claramente. Várias porções do nosso território, inclusive nas maiores cidades, estão ocupados por gangues e milícias que substituem o Estado. Estes grupos usam a violência para o controle e a expansão. A única maneira de melhorar a segurança é restabelecer a presença do Estado.

**Você morou mais tempo fora do que aqui. Essa visão do Brasil, de longe, lhe traz qual indicação? Perdemos o timing do mundo?**

Todos os países têm retrocessos após avanços – a eleição do Donald Trump, por exemplo, representa um grande retrocesso nos EUA. Mas o Brasil parece repetir seus erros com ainda maior frequência. Lula 2 e Dilma reproduziram políticas falidas de governos militares e menos de dois anos depois, o governo Temer decide subsidiar combustíveis. Estou esperando a volta dos “fiscais do Sarney” agora que o frete está tabelado...

‘A NOSSA VERSÃO TRUMPINIQUIM DE ALMOÇO GRÁTIS NÃO SE SUSTENTA’

**Hoje, segundo Edmar Bacha, um automóvel custa duas vezes e meia o que vale nos EUA. Os spreads bancários são quatro vezes mais altos no Brasil do que no resto do mundo. Um minuto de celular custa sete vezes mais do que nos EUA. A que atribui isso?**

O Brasil tem um ambiente de negócios que parece desenhado para recompensar a ineficiência e restringir a competição. O resultado só podia ser este.

## **Do lado errado da História**

### **Valor Econômico - 11/06/2018**

**Gustavo Franco**

No tempo da inflação elevada não se achava uma alma audaciosa que se dispusesse a fazer a defesa da inflação, fosse como imposto contra a preguiça ou como solução mágica, que realmente era, para as contas públicas. Mas eram muitos os que atacavam a "estabilização ortodoxa" e as fórmulas do FMI, ou que se iludiam com a "inflação puramente inercial". Com isso, a inflação se tornava um crime sem autor, e também sem advogado.

O truque funcionou perfeitamente durante muitos anos, pois nenhum de nossos grandes inflacionistas passou à história com esta designação e todos escaparam de depor e assumir responsabilidades na CPI da hiperinflação que, aliás, nem chegou a ocorrer em razão da falta de nitidez quanto aos possíveis culpados.

Com o protecionismo acontece alguma coisa muito parecida.

Até mesmo o Roberto Gianetti da Fonseca ("Em busca da abertura benigna", de 04/06/18) parece reconhecer que "temos uma economia extremamente fechada" e que a abertura nos faria bem.

Mas sua crítica à abertura (ortodoxa?) "unilateral e incondicional" é feroz, quase insolente, e serve para propor um método tão gradual para resolver o problema que mal dá para sentir, e antes mesmo de qualquer pequena dor, lá estará o BNDES atento e vigilante.



Caminhar de um grau de abertura de 22,5% hoje para 30% em 2025, conforme sugere Gianetti, significa manter o Brasil no último lugar em matéria de abertura, onde hoje se encontra, numa amostra de 46 países estudados em um relatório recente da OECD sobre o país. É claro que esta fórmula é a do "vamos manter isso aí", e todo o problema do Brasil dos dias que correm é que precisamos mudar de patamar quando se trata de reformas e sua velocidade.

Não somos um país de empresas nascentes e indústrias frágeis, a começar pelo fato de que a maior parte da indústria brasileira sequer é nacional. De acordo com o Censo de Capitais Estrangeiros no Brasil para 2015 cerca de 1/3 do PIB é produzido por empresas estrangeiras, sendo certo que a muito dos membros das associações industriais setoriais mais militantes na causa protecionista são filiais de multinacionais.

Não há empresas nascentes, nem mesmo adolescentes nessa conversa. Por que então esse gradualismo todo?

O grau de abertura brasileiro é nada menos que vexaminoso e defende-lo é quase tão ridículo quanto eram os economistas brasileiros que viajavam pelo mundo antes de 1994 dizendo que a inflação brasileira era "normal" e que o viciado tinha controle sobre o vício.

Nosso grau de abertura não tem nada de normal, estamos com a produtividade estagnada há quase quatro décadas, sendo atropelados pela Ásia, e cheios de monopólios e oligopólios que vivem numa zona de conforto há tempo demais. Tudo muito parecido com a inflação elevada, todos aconchegados e adaptados, temerosos de mudar as coisas, até que um dia a inflação acabou, o traficante não foi preso, mas a vida sem cocaína se revelou deveras mais saudável.

Tiramos proveito da abundância cambial para extirpar a inflação elevada da vida nacional, e fizemos muito bem

Aliás, falando nisso, como parte de seu ataque à "abertura ortodoxa", Gianetti se mete a criticar "o imbróglio ocorrido em 1994". Sim, leitor, esse imbróglio atende pelo nome de Plano Real, o evento mais importante da história monetária brasileira nos últimos cem anos, virou um mero imbróglio.

Sim, o que temos aqui, uma vez mais é a velha queixa contra a valorização cambial ocorrida depois de 1994, como se não tivesse sido o mercado. Aqui, de novo, o truque básico: Gianetti apoia a flutuação cambial, mas desde que "confiável e competitiva", o que provavelmente quer dizer que essa sua flutuação é uma fraude.

Faz mais de 20 anos, é bom recordar: havia um quadro evidente de abundância cambial. A moeda recém lançada flutuou ao sabor das forças de mercado e se valorizou até R\$ 0,83 por dólar, equivalente a algo entre R\$ 2,15 e R\$ 2,50 em dinheiro de hoje dependendo de como se faz a conta. Foi mais

ou menos o que tivemos em 2010-11, sem nenhum alvoroço, e em ambos os episódios o BC trabalhou como pôde para evitar mais apreciação.

O fato é que nós tiramos proveito da abundância cambial para extirpar permanentemente a inflação elevada da vida nacional e, sem falsa modéstia, fizemos muito bem.

A todos os aprendizes, e também feiticeiros consumados, que alegam, como Gianetti, que o Plano Real e sua política cambial foi uma "insanidade" a pergunta é simples: como é mesmo que o sabichão faria melhor para trazer a inflação de 46% ao mês (para junho de 1994, equivalentes a 9.754% ao ano) para 1,6% anuais para o ano calendário de 1998? Como teria sido matar o dragão sem "âncora cambial", mas com as contas fiscais bem fraquinhas e uma imensidão de rolos com estados e bancos?

Pois é. A "âncora cambial" foi um sucesso e não creio que houvesse uma fórmula melhor, abstraídos os milagres e os unicórnios. Por isso mesmo é de uma desonestidade intelectual imensa afirmar que a "âncora cambial" foi "esticada irresponsavelmente" até 1998, sobretudo porque qualquer cidadão que entende dez centavos de câmbio sabe que, até o problema com a Rússia (na verdade, um rolo muito mais complicado com LTCM e de impactos globais muito sérios), se o BC abandonasse as bandas, o câmbio ia para baixo e não para cima.

Quando, todavia, se apresentou a nova situação trazida pela Rússia em agosto de 1998, tudo mudou e nosso problema passou a ser o de como transitar sem tumulto para outro regime preservando as conquistas do Plano Real. A parte bem-sucedida da solução foi o acordo com o FMI a que devemos o superávit primário que duraria até 2014. Para o câmbio e para os juros, todavia, a solução adotada para a transição não foi das melhores. Depois de uns tropeços, contudo, chegamos ao tripé que nos trouxe até o advento da Nova Matriz.

É curioso que Gianetti envolva nesse assunto o ex-ministro Ciro Gomes, com quem o signatário teria feito uma "dupla" para levar à insolvência "dezenas de importantes indústrias" e não apenas pelo câmbio, mas também pela redução drástica de tarifas.

Ciro Gomes foi ministro da Fazenda durante 117 dias iniciados em 6 de setembro de 1994, portanto chegou a esta posição quando tudo isso de que se queixa o doutor Gianetti já estava em andamento. Tudo caminhava bem, o novo ministro atuou em perfeita sintonia com a equipe, e seguiu as linhas desenhadas pelos seus antecessores. O câmbio já tinha apreciado, e José Milton Dallari, que começou no ministério da Fazenda quando FHC era ministro, já trabalhava com reduções de tarifas de importação para oligopólios recalcitrantes que vinham abusando de seu poder de mercado para sabotar a estabilização.

Não vejo senão como uma poderosa indicação de pusilanimidade que Gianetti tenha se esquecido de mencionar entre os responsáveis pelas políticas que critica nomes como Itamar Franco, FHC, Pedro Malan, e demais economistas associados com o real. Afinal, o "imbróglio" foi obra coletiva.

Naquele momento, como hoje, Gianetti estava do lado errado da História.

## **O jogo dos sete erros**

### **Valor Econômico - 11/06/2018**

#### **David Kupfer**

Provavelmente a essa altura já se disse tudo sobre a paralisação dos caminhoneiros de maio último. Tal como os aviões que, como ensinam os especialistas, nunca caem por uma causa única, senão por uma conjugação de falhas, tentou-se explicar a forte reação dos caminhoneiros por meio de uma vasta lista de motivações. Porém, diferentemente da queda de aviões quando existem perícias tecnicamente estipuladas e protocolos rígidos de interpretação das falhas ocorridas, nesses casos fica-se ao sabor das paixões e interesses. Mencionou-se de tudo em um emaranhado de erros de políticas de governo que gerou um todo tão confuso quanto a própria situação que se queria explicar.

Sem qualquer ordenamento de importância, dois erros estariam ligados ao processo de precificação dos combustíveis no Brasil e recaíram sobre a cartelização da revenda de combustíveis e os elevados impostos como causas primárias das paralisações. Embora temas relevantes, não houve mudanças recentes nesses componentes do preço dado que desde de 2002 a regulação da precificação dos derivados nos postos de revenda não sofreu modificações e o aumento das imposições tributárias concentraram-se em 2015.

Um terceiro erro, muito explorado, teria sido a dependência de caminhões consequente ao modelo rodoviário implantado no país há décadas. Não que o rodoviarismo não seja um grande problema brasileiro. Porém, buscar causas remotas para problemas emergenciais não ajuda a compreender os fatos nem muito menos gera ações eficazes para superá-los. Outros preferiram enfatizar um quarto erro que teria sido a iniciativa de fomentar a venda de caminhões por meio de reduções de IPI e concessão de crédito subsidiado pelo BNDES promovida pelo governo após a crise financeira global de 2008-2009. O mal-estar dos caminhoneiros seria reflexo da contração dos preços dos fretes e redução das suas margens, fruto do excesso de oferta. Não há, porém, evidências concretas que sustentem o argumento.

O erro que realmente importa veio das políticas de produção e preços praticadas pela Petrobras

Quinto, mencionou-se a falha na identificação de um suposto caráter de locaute do movimento paredista e o não uso das medidas judiciais cabíveis. Sexto, a

ausência de qualquer plano de contingência governamental que minorasse os efeitos perversos da greve em áreas sensíveis como aeroportos, hospitais ou centrais de abastecimento de alimentos teria potencializado o poder de barganha dos motoristas e incentivado o prolongamento do movimento.

Enfim, tudo dito até aqui são epifenômenos. O erro que realmente importa veio diretamente das políticas de produção e preços praticadas pela Petrobras, especialmente a partir de julho do ano passado - paridade dos preços internos dos derivados com os internacionais e significativa redução do refino doméstico em favor da importação desses derivados. Essas políticas armaram uma bomba relógio, pronta para explodir se e quando os preços no mercado internacional de petróleo e derivados revertissem a trajetória benigna para os importadores que vinha predominando até então. E foi exatamente isso que passou a ocorrer, e com grande intensidade, a partir de meados de 2017. A pá de cal veio com a rápida valorização do dólar do dólar de março de 2018 para cá. Tudo isso, sem que qualquer revisão da política fosse introduzida pela empresa ou pelo governo ou ainda pelas instâncias reguladoras do setor.

Colocada em perspectiva, e com base nos dados divulgados pelo sistema de levantamento de preços da ANP, a precificação do óleo diesel pela Petrobras passou por diferentes fases nos últimos anos. Em 2013 e 2014, sob Dilma I, prevaleceu a conduta de impor um aumento moderado dos preços nos meses iniciais e mantê-los estáveis pelo restante do ano. A estratégia mudou em 2015, logo no início da Gestão Dilma II, quando houve um aumento abrupto visando recuperar o hiato acumulado nos anos anteriores. Em uma terceira fase, após a declaração de independência da política de precificação feita pela nova gestão da Petrobras que assumiu em meados de 2016, teve início a fase de alinhamento aos preços internacionais.

Mas foi em julho de 2017 que esses reajustes passaram a ocorrer em alta frequência, política que redundou, muitas vezes, em aumentos diários e que acumularam uma alta superior a 30% no preço do diesel no período. Com preços paritários ou mesmo superiores aos internacionais, a Petrobras optou por acomodar a entrada das importações, reduzindo o grau de utilização das suas refinarias. Esse movimento é de difícil entendimento considerando-se que não houve mudanças significativas no setor petróleo que contestem as vantagens tradicionais da integração entre exploração-produção refinoprodução, conhecido no jargão do setor como o modelo de empresa "do poço ao posto".

Houve uma época em que se tentou convencer a população brasileira que o dólar seria uma mercadoria qualquer, como as bananas, e que deveria, portanto, ter o seu preço determinado pelo livre equilíbrio da oferta e da demanda. Agora a tentativa transferiu-se para os combustíveis. A despeito do fato de os derivados de petróleo serem também dólar "entancado", há carradas de razões ligadas à essencialidade desses insumos no cotidiano da vida social que exigem que políticas competentes de gerenciamento desses preços tenham que ser praticadas.

A existência da estatal Petrobras justifica-se exatamente por dotar o Brasil de capacidade de ação intertemporal no mercado global de petróleo e derivados, quer dizer, proporcionar ao país o direito a uma postura estratégica e soberana nesse mercado. A globalização, ao contrário de reduzir a relevância, torna ainda maior o papel regulador, indutor e coordenador do Estado. Impressiona que o Estado brasileiro detenha a partir da posição dominante exercida pela estatal Petrobras um instrumento tão poderoso para realizar essas funções por dentro do mercado e não revele qualquer capacidade técnica nem política em utilizá-lo.

## **A ficha caiu** **Valor Econômico - 11/06/2018**

### **Fernando Limongi**

O governo entrou em sua fase terminal. Com a greve dos caminhoneiros e a saída de Pedro Parente, Temer perdeu a capa de respeitabilidade que ainda o protegia. Velhos aliados aproveitaram a deixa para abandonar o barco e se eximir de responsabilidade pelo desastre.

O governo Temer veio ao mundo amparado por ampla coalizão. A aliança abrigou todos que viam em Dilma e no PT a causa última da crise vivida pelo país. Simplificando, as pastas ministeriais foram entregues a dois grandes grupos. De um lado, os 'profissionais', como viria a nomeá-los Moreira Franco e, de outro, o 'Dream Team' capitaneado por Henrique Meirelles.

Romero Jucá, um expoente dos 'profissionais', explicou melhor do que ninguém as razões que levaram o grupo a abandonar Dilma: era preciso estancar a sangria, traçar o círculo que dividiria os que já haviam caído nas malhas da Lava Jato dos que ainda poderiam se salvar.

Não se espere autocrítica dos ortodoxos

O 'dream team' se juntou ao governo para recuperar a economia. Prometeu fazer a 'lição de casa' depois de anos de gestão macroeconômica heterodoxa imposta pelo PT. Os 'fundamentos' seriam respeitados, reformas implementadas e, liberado das amarras e distorções, o mercado responderia e a atividade econômica seria retomada. A economia voltaria a crescer. Essa foi a promessa feita quando o grupo assumiu as rédeas da economia.

Ao longo de todo o governo Temer, a ortodoxia imposta por Meirelles e sua equipe nunca deixou de contar com a confiança do mercado. Mais do que isso, nunca se questionou o acerto do receituário aplicado. Bastaria fazer a lição de casa, respeitar os fundamentos e o Brasil voltaria a crescer. A política adotada pelo 'Dream Team' nunca foi questionada.

A agenda reformista não encontrou resistências no Congresso e reformas, como a PEC do teto dos gastos e a trabalhista, foram aprovadas. Os avanços

foram saudados pelos analistas econômicos, que não se cansaram de dizer que suas consequências podiam ser divisadas na esquina. Era questão de paciência, de dar tempo ao tempo e os efeitos seriam sentidos no bolso dos cidadãos.

O episódio Joesley, assim como vários outros contratempos causados pelos 'profissionais', não rompeu a aliança. Gerou, é certo, algumas dúvidas no mercado sobre a capacidade do governo levar à frente a agenda reformista, mas essas interrogações se dissiparam rapidamente. 'A economia se descolou da política', passou-se a dizer.

Assim, a completa desmoralização dos 'profissionais' não atingiu o 'Dream Team'. Ao contrário, a dependência do governo para com a equipe de Meirelles aumentou. Promover reformas passou a ser a única forma de justificar a sobrevivência do governo. Mais do que isso, todas as acusações contra o governo passaram a ser vistas como artimanhas para minar a agenda reformista.

Mesmo quando a Reforma da Previdência foi deixada para as calendas, os oráculos capazes de interpretar os humores do mercado não deixaram de reafirmar sua confiança no 'Dream Team'. A promessa seria cumprida. O Brasil voltaria a crescer, talvez com menos força e intensidade, mas a economia não tardaria a dar sinais de vitalidade.

Henrique Meirelles, de sua parte, tampouco demonstrou ter qualquer dúvida sobre o sucesso da sua gestão e, muito menos, das suas repercussões eleitorais. Migrou do PSD para o MDB e obteve o aval do presidente para se apresentar como o candidato da continuidade. Orgulhoso, gabou-se de ser uma espécie de solucionador geral das crises.

Ao longo de maio, contudo, as projeções do crescimento do PIB foram revistas diversas vezes, sempre para baixo. O otimismo cedeu lugar ao realismo e, ao fim do mês, ao pessimismo. A reversão de expectativas se completou com o anúncio oficial do PIB para o primeiro trimestre. O cenário internacional trouxe outras más notícias, como crise na Argentina e pressões sobre o câmbio. As certezas foram para o ralo. A recuperação da economia faltou ao encontro.

Na última sexta-feira, Armínio Fraga, o oráculo dos oráculos, foi direto ao ponto: "caiu a ficha do mercado". Demorou, mas caiu e a fanfarra desafinou: "O mercado está vendo que os fundamentos mostram o país em uma tremenda dificuldade fiscal".

O governo fracassou. O 'Dream Team' não entregou os resultados prometidos. Simples assim. Outro ex-presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, já havia entoado o réquiem: 'Nem ordem, nem progresso', foi o título da sua coluna de segunda última.

Mas não se espere autocrítica dos ortodoxos. Para estes, fracassos servem apenas para reforçar convicções. Por exemplo, a crise do setor de transportes

se deveria aos subsídios de Dilma, que teria gerado excesso de oferta de fretes. A fraca demanda que a prometida recuperação da economia deveria gerar não entra na explicação.

Além disso, sempre é possível jogar a culpa nos aliados. O problema de fundo, afirmou Loyola, é que a classe política não tem "incentivo algum para apoiar reformas que signifiquem perdas de privilégios para certos grupos da sociedade. Preferem, ao contrário, continuar distribuindo 'meias entradas', a torto e a direito, principalmente com o intuito de auferir dividendos eleitorais." Ou seja, Meirelles nunca teve em mente colher 'dividendos eleitorais' e, se falhou, é porque seus aliados o impediram de ser tão radicalmente reformista como deveria.

Os liberais se eximem de culpa e a única solução que enxergam para a crise é a radicalização de seu programa: "O mais desalentador é que o enfrentamento da crise pelo governo Temer mostrou que o aprendizado tem sido nulo. Erros se repetem, o populismo se mantém, assim como o apelo a remendos que trazem distorções maiores ainda ao mercado", conclui Loyola.

Os aliados abandonam o barco, ignoram os velhos companheiros de aventura e sua contribuição para o fracasso do governo. Estamos por conta de Temer e seus 'profissionais'. Assim acabam os governos.

## **Soluções locais para problemas mundiais**

### **Valor Econômico - 11/06/2018**

#### **Sébastien Turbot**

Dirigentes das maiores economias estiveram reunidos na cúpula anual do G-7 para discutir os desafios mais prementes enfrentados pelo mundo. A maior parte dos tópicos da agenda - de mudança climática até desigualdade de renda - dizem respeito, com especial intensidade, a pessoas que vivem em áreas urbanas, que perfazem 54% da população mundial. No entanto, os governos municipais não estavam representados. Isso é um erro; se o que se pretende é que os maiores problemas do mundo sejam resolvidos, as cidades têm tomar parte dessa conversa.

Historicamente, as cidades desempenharam um papel marginal nos debates mundiais. Nos Estados Unidos, por exemplo, as primeiras cidades eram coalhadas de corrupção e sectarismo; a política local era bem caótica. Mas os centros urbanos de hoje são economicamente mais fortes e politicamente mais arrojados. A determinação das cidades do século XXI de defender seus próprios interesses ficou clara no fim de 2017, quando mais de 50 prefeitos dos Estados Unidos prometeram cumprir os compromissos do Acordo de Paris de 2015, sobre o clima - em aberto desafio à retirada do presidente Donald Trump do acordo.

Na semana passada, dirigentes de Montreal e de 10 mil outras cidades do mundo enviaram um recado semelhante ao G-7. Uma declaração que inclui

uma diversificada coleção de opiniões municipais sobre os principais temas da reunião de cúpula, e conclamar os governos nacionais a colaborar mais estreitamente com seus congêneres municipais.

Mas, mesmo sem um assento à mesa, muitas das megacidades do mundo - movidas por sólido capital humano, por mercados competitivos e por um poder de atração generalizado - já estão se empenhando em construir um futuro mais progressista, inclusivo e sustentável. De Buenos Aires a Tóquio, dirigentes municipais estão divulgando suas preocupações mundialmente - muitas vezes sem considerar as agendas nacionais.

Cidades de pequeno e médio portes também estão se projetando internacionalmente. Ao investir em planejamento urbano "inteligente" e "resiliente", governos que vão desde o de Bordeaux, na França, até Curitiba, no Brasil, estão fortalecendo suas "identidades de marca" e atraindo talentos, investimentos e negócios do mundo inteiro.

A escritora e ativista urbana americano-canadense Jane Jacobs observou, celebrenemente, que as cidades são os verdadeiros motores da prosperidade nacional. As cidades impulsionam o crescimento por meio da inovação, do comércio exterior e do intercâmbio. E os serviços municipais têm, muitas vezes, mais visibilidade para os cidadãos do que a ajuda federal; consideremos, por exemplo, quem responde durante um acidente de trânsito ou catástrofe natural.

Inspirados por solidariedade e conectados por redes internacionais como Metropolis, C40 Cities e 100 Resilient Cities, os titulares dos governos municipais de todos os pontos do planeta estão formando parcerias a fim de criar agendas urbanas unidas

As cidades atuais enfrentam, certamente, muitos desafios. Com o crescimento das áreas urbanas, os dirigentes foram obrigados a mudar a forma pela qual planejam. Em meio a orçamentos cada vez mais apertados, os governos municipais estão se afastando de sistemas exageradamente burocráticos em direção aos capazes de estimular maiores níveis de empreendedorismo. Como observou no mês passado o prefeito de Chicago, Rahm Emanuel, isso tem sido positivo para muitas cidades, permitindo-lhes se tornar campos de teste para o futuro da mobilidade, do trabalho, da habitação, da energia, da educação e da saúde.

"Daqui vinte anos", disse Emanuel aos colegas prefeitos reunidos em Nova York, veremos "um ponto de inflexão, em que o Estado-nação estará em decadência e a cidade-Estado, à moda de Cingapura, estará à testa da atividade cultural e econômica".

Nem todas as cidades, naturalmente, têm os mesmos recursos, influência ou necessidades que Chicago ou Cingapura. Mas todos os dirigentes municipais hoje em dia podem avaliar a importância de estar na linha de frente da mudança. Inspirados por essa solidariedade, e conectados por meio de redes



internacionais como Metropolis, C40 Cities e 100 Resilient Cities, os titulares dos governos municipais de todos os pontos do planeta estão formando parcerias a fim de criar agendas urbanas unidas.

Quase todas as vezes, para quase todos os problemas relevantes, os governos nacionais não conseguem fornecer soluções, enquanto os dirigentes municipais continuam a inspirar a confiança da opinião pública. De acordo com pesquisa realizada em 2017 pelo Centro de Pesquisa Política da Sciences Po [como é conhecido o Institut d'Études Politiques da França], 64% dos adultos franceses acham que seu prefeito trabalha mais arduamente do que Executivo federal para solucionar os problemas do dia a dia. Muitos outros habitantes de cidades, sem dúvida, têm a mesma sensação.

Este é um momento oportuno para os dirigentes municipais se tornarem participantes mundiais. Quando são realizados encontros como a cúpula do G-7 para discutir os maiores desafios com que o mundo se defronta, as pessoas mais próximas a esses desafios, que tendem a ter as percepções mais valiosas sobre como superá-los, deveriam estar presentes.

## **Brasil não saiu da crise e 2019 será de contração**

### **Valor Econômico - 11/06/2018**

**Angela Bittencourt**

O ano de 2018 está perdido e o melhor que poderá sair dele é o próximo presidente da República do Brasil, a depender do escolhido pela maioria. A retomada do crescimento deverá se confirmar durante o mandato do novo presidente, mas desde que o eleito tenha compromisso com as reformas. Isso feito, em 2019 o mercado financeiro terá melhora importante e prolongada. Algo similar ao que se viu após o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e do fim da interinidade de Michel Temer no posto que passou a ocupar, de vez, em 31 de agosto de 2016 e do qual se despede em 31 de dezembro deste ano.

Pesquisa Datafolha sobre intenções de voto para a Presidência da República, divulgada na edição de ontem do jornal "Folha de S. Paulo", mostra que se Lula (PT) for candidato, ele lidera a disputa e tem 30% das intenções de voto no primeiro turno. Sem Lula, Jair Bolsonaro (PSL) tem a maioria com 19%. Em seguida aparece Marina Silva (Rede) com 14% ou 15%. No segundo turno, Lula e Marina são os nomes melhor pontuados. Lula teria 49% dos votos. Marina, com 42%, ganharia de Bolsonaro com 32%; com 41% Marina derrotaria Ciro Gomes com 29%; e, novamente com 42%, ela venceria Geraldo Alckmin (PSDB) com seus 27% dos eleitores.

Na semana passada, de fortalecimento do dólar no exterior, o mercado financeiro local sofreu grande estresse também pela expectativa de que a

eleição poderia ser decidida entre Bolsonaro e Ciro. Não foi isso o que o Datafolha mostrou, mas que entre Bolsonaro e Ciro existe Marina.

Presidente é definido pelo eleitor mediano e não pelo mercado

Dólar e juro dispararam e a bolsa afundou. Na sexta-feira, o dólar fechou em baixa de 5,5% ante o dia anterior e os juros se afastaram das máximas observadas durante os negócios. O Ibovespa caiu menos se comparado aos dias anteriores. Porém, a virada não teria acontecido sem US\$ 24,5 bilhões em swaps prometidos pelo Banco Central (BC) para venda nesta semana e sem a garantia do Tesouro Nacional de que vai manter a recompra do título público federal NTN-F.

O Tesouro vai reprisar operações realizadas na semana passada para redefinir preços e dar liquidez aos fundos de investimento que tiveram prejuízos com esse papel na turbulenta semana da greve dos caminhoneiros.

A melhora do mercado financeiro, que poderá ser contratada no fim da eleição ou até mesmo no calor da campanha, a partir de agosto, se rapidamente ficar configurado que o líder na disputa é pró-reformas, não é garantia de recuperação econômica. Ao menos não de imediato. O mercado tende a antecipar a melhora de indicadores que ocorrerá (ou não) mais adiante.

Uma das funções do mercado financeiro e seus diferentes atores é trazer o futuro a valor presente. Isso ocorreu em 2016, quando a perspectiva de realização de reformas estruturais - sobretudo a da Previdência - alimentou a confiança de empresários e consumidores no governo, que tomou medidas importantes, mas não entregou as reformas como o esperado para 2017.

Expectativas frustradas, o mercado passou a descontar dos preços dos ativos financeiros o bônus da confiança. Na semana passada, o dólar não chegou a R\$ 3,99 sem motivo. O risco Brasil, avaliado pelo Credit Default Swap (CDS) de cinco anos cotado no mercado internacional, também não ultrapassou 300 pontos ao acaso.

A inquietação crescente quanto ao desfecho das eleições de outubro e a constatação de que o Brasil não fez as reformas necessárias para alavancar um ciclo de crescimento são razões de sobra para investidores desistirem de aplicações por aqui, especialmente se o exterior acena com maior segurança e liquidez.

Hoje o Brasil tem a seu favor a inflação baixa. Juro menor também conta. Mas não tanto quanto poderia, se as operações de crédito fechadas pelo sistema bancário replicassem a queda da taxa Selic. Isso não aconteceu. É improvável que aconteça.

"A rigor, o Brasil não saiu da crise que mostrou, em 2015 e 2016, sua consequência mais grave. A recessão. A troca de governo - Dilma por Temer - colocou o Brasil no balão de oxigênio. E o comportamento dos mercados na

última semana foi uma recidiva da mesma crise. A situação do fiscal do Brasil é deplorável. Não se avançou em quase nada neste um ano e meio de governo Temer. E nada mudará até o fim do ano. Não haverá investimentos e não haverá consumo. Haverá, sim, medo de que a situação econômica piore no próximo ano", avaliou à coluna uma autoridade do governo brasileiro que prefere não ser identificada.

Essa mesma autoridade não vê avanço consistente da economia em 2019 e explica: "O ajuste fiscal necessário para que o Brasil cresça e gere empregos é pesado. Contracionista. O próximo presidente deverá trabalhar basicamente com dois instrumentos. Corte de despesas e aumento de impostos. A Selic voltará a subir. E esse movimento também será contracionista e ocorrerá em um ambiente externo mais arriscado, com aumento de juros nas principais economias. E mais. Se o presidente eleito considerar a opinião da maioria dos brasileiros, não haverá privatizações ou reforma da Previdência", afirma o interlocutor da coluna.

O próximo governante enfrentará o calendário do Congresso Nacional. "O Congresso só abre em março. Isso quer dizer que, por melhor que sejam as intenções reformistas do presidente eleito em outubro, ele dependerá do aval dos parlamentares para as principais decisões que poderá tomar e isso sugere um processo bastante lento. Mas ainda que o ajuste da economia não seja tão arrastado, dificilmente será rápido para neutralizar o descompasso na geração de riqueza entre o Brasil e outras tantas economias", diz o entrevistado.

E por que isso importa? Importa porque o brasileiro ficará mais pobre em relação ao mundo desenvolvido e também em relação às nações emergentes. "Em termos relativos provavelmente passaremos dez anos caminhando, enquanto os demais países estarão trotando ou até correndo", diz a fonte.

A evolução do Produto Interno Bruto (PIB), entre 2013 e 2017, combinada às projeções do FMI para 2018 a 2022, mostra que o mundo crescerá à taxa média anual de 3,52% na década observada. Os emergentes crescerão 5,3%. O Brasil, menos de 2% ao ano.

## **A realidade esquizofrenizada**

**O Globo - 11/06/2018**

**Ricardo Rangel**

Caminhoneiros e transportadores conseguiram subsídio, controle de preços e cartel. O setor privado, que reclama do ambiente de negócios e da complexidade tributária, agrava o ambiente e aumenta a complexidade. E o governo, que persegue o ajuste fiscal e a retomada do crescimento, inviabilizou o ajuste, derrubou a perspectiva de crescimento e fez o dólar disparar (o que aumenta o preço do diesel).

Os donos dos postos dizem que para repassar o subsídio, só reduzindo o ICMS (o setor privado, que reclama... etc.). Os contratantes dizem que, nesse preço, não dá para contratar. Nem os transportadores gostaram: parece que com a tabela da ANTT fica mais barato transportar explosivo do que leite (o governo revogou a tabela, depois revogou a revogação).

A confusão nos transportes ofuscou, talvez, a notícia de que o Brasil teve, em 2016, 62 mil mortes violentas, num aumento de 6% sobre o ano anterior.

A equivocada e fracassada política de combate às drogas está na raiz da violência, mas a direita, que é quem mais se queixa do problema, recusa-se, com o auxílio das igrejas católica e evangélicas, a sequer falar do assunto. Cigarro, cachaça e rivotril, pode; maconha, não pode. Por quê? Mistério. Gente que tem dependente na família defende uma legislação que não poupou seu parente da dependência, mas pode lhe dar o inferno do encarceramento.

A esquerda reclama da violência e da corrupção da PM, mas torce o nariz para investimentos que a tornem mais técnica e menos brutal, e opõe-se à intervenção, que visa a depurá-la. A direita, que exige ordem acima de tudo, parece apoiar a PM de forma cega, e seus setores mais radicais defendem a insubordinação militar (a desordem absoluta) e votam num candidato que defende tortura (a ilegalidade suprema).

Só educação eleva o nível socioeconômico da população, mas a esquerda, que denuncia as condições de vida do povo, é contra premiar bons professores, o que melhoraria o ensino. O crime é aliado dos baixos níveis de escolaridade, mas a direita, que reclama do crime, não reclama do ensino deficiente.

A esquerda defende os direitos humanos, mas parece crer que há humanos mais humanos do que outros; a direita parece crer que há humanos e subumanos, e que a PM sabe quem é quem. A esquerda denuncia que os presos vivem amontoados, mas, opõe-se à construção de presídios, o que melhoraria a situação.

Está provado que quanto mais criminosos leves prendemos, mais violência criamos (quem entra em presídio sempre adere a uma facção criminosa), mas a direita quer prender até os ladrões de galinha. Já a esquerda parece querer soltar até os assassinos seriais. Resultado: prendemos quem deveria ficar solto e deixamos solto quem deveria estar preso.

Outra notícia ofuscada pela crise dos transportes foi a divulgação do Plano Estratégico da Intervenção Federal: o combate ao crime deve custar, nos próximos dez meses, um bilhão de reais. O Rio ainda não recebeu um tostão (e ninguém sabe se ou quando vem esse bilhão), mas o setor de transportes vai receber, em apenas dois meses, dez vezes mais do que nós. Cada país escolhe suas prioridades.

Quem disse (Deleuze?) que “é preciso esquizofrenizar a realidade” deveria vir ao Brasil.

Esta semana faz três meses que Marielle foi assassinada.

## **Luta desigual e injusta** **O Globo - 11/06/2018**

**Miguel Torres**

A inaceitável reforma trabalhista penaliza o conjunto dos trabalhadores brasileiros e enfraquece as entidades sindicais com o fim da contribuição sindical compulsória. E enfraquecer os sindicatos significa desamparar os trabalhadores e as trabalhadoras na relação capital e trabalho.

O enfraquecimento das entidades sindicais representa a intensificação da exploração dos trabalhadores, a precarização de direitos e o avanço dos acidentes de trabalho, das doenças profissionais e das mortes nos locais de trabalho.

Ultimamente, tornaram-se frequentes as constatações do desmantelamento de direitos históricos dos trabalhadores por meio das reformas propostas pelo governo.

Por outro lado, temos também presenciado o esforço ferrenho do movimento sindical para tentar ao menos manter direitos conquistados ao longo de décadas por meio de muita luta e sacrifício dos sindicatos e dos trabalhadores.

Sabemos do poder financeiro dos empresários. O “Sistema S”, por exemplo, irriga os cofres das entidades patronais. Ao diminuir a força e o suporte financeiro dos sindicatos de trabalhadores, o governo promove uma luta desigual e injusta. Sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais são extremamente importantes na luta da classe trabalhadora. É importante ter equilíbrio nas negociações entre representantes de empresários e trabalhadores. Sem uma forma digna de financiamento,

Sindicato é essencial para a promoção do reequilíbrio na correlação de forças entre capital e trabalho

## **Dinâmica perversa** **O Globo - 11/06/2018**

**Paulo Guedes**

Os investimentos em capital físico de infraestrutura por meio de empresas estatais foram as alavancas de crescimento durante o regime militar. Com a redemocratização, as aspirações sociais de uma democracia emergente exigiram redirecionar orçamentos públicos rumo aos investimentos em capital humano, ao resgate da “dívida social” por meio de serviços de saneamento,

saúde, educação e segurança. Seria a transição de um aparelho de Estado moldado sob regime político fechado para uma rede de proteção social exigida pela nova ordem democrática.

As privatizações e a redução da dívida interna com a simultânea descentralização dos recursos para os estados e municípios são essa estratégia de reforma do Estado. É a transição de uma engrenagem dirigista federal na operação da infraestrutura física para uma rede descentralizada de prestação de serviços públicos municipais nas áreas sociais. Afinal, o dinheiro tem de ir aonde o povo está. Mais Brasil e menos Brasília significa ainda mais fraternidade se o governo for mais eficiente. A Constituição de 1988 exigiu esse compromisso dos recursos públicos com as áreas da saúde e da educação, prescrevendo também sua gradual descentralização. Mas a miopia ideológica e planos de estabilização mal concebidos impediram essa leitura virtuosa das intenções dos constituintes. A ideologia desacelerou privatizações e acelerou gastos públicos já embalados por acordos políticos disfuncionais. Gastos sociais entraram nos orçamentos públicos sem a remoção dos antigos privilégios. A descoordenação entre expansionismo fiscal e restrição monetária disparou juros explosivos e endividamento em bola de neve.

É preciso desmontar mais uma dinâmica perversa da armadilha dirigista. As estatais tornaram-se focos de corrupção, ativos mal geridos sem capacidade de investimento, enquanto nos impõem proibitivo custo financeiro com os juros sobre a dívida interna e inaceitável custo social com o que poderia ser investido em saúde, educação e segurança. Além desse custo dos erros passados, a expansão futura da infraestrutura e da oferta de energia exigiria também subtrair centenas de bilhões de reais das políticas públicas de uma ordem democrática. Seria persistir na corrupção, na estagnação e nas desigualdades.

Políticas públicas de uma ordem democrática descartam focos de corrupção e ativos mal geridos, com proibitivo custo financeiro e inaceitável custo social

## **Corrupção**

**O Globo - 11/06/2018**

**Jerson Kelman**

É generalizado o pessimismo com o futuro do Brasil. Quase sempre, as pessoas acham que perdemos o rumo na construção de uma nação próspera e democrática devido à “corrupção”. Estão parcialmente certas. Mas só parcialmente.

De fato, são imensos os males causados pela corrupção, amplamente divulgados pela operação Lava-Jato e suas congêneres. Mas... se não houvesse corrupção, estaríamos bem? Ou seja, a corrupção é a única causa de nosso descaminho? Se for, estaríamos melhor se vivêssemos numa ditadura?

Quem toma conhecimento dos milhões de reais surripiados por algum político ou dirigente de estatal pode supor que é a falta desse dinheiro que faz com que os serviços públicos sejam ruins e a economia permaneça anêmica, resultando em milhões de brasileiros sem emprego e sem esperança. Porém, a verdade é que o volume de dinheiro roubado constitui fração insignificante do volume de recursos que o governo destina aos serviços públicos. Ou seja, mesmo que nem um centavo tivesse ido parar nos bolsos dos corruptos, continuaríamos com a mesma situação precária nas áreas de segurança, educação, saneamento, saúde e transportes.

O grande mal da corrupção não é o dinheiro roubado e sim a má alocação dos escassos recursos públicos. Poucos se interessam pela discussão do planejamento e orçamento dos governos nos três níveis, federal, estadual e municipal. Mas é nesse campo que nosso povo sofre grandes derrotas. Como dizia brincando Mário Henrique Simonsen, “sairia mais barato pagar a comissão ao intermediário, desde que ele assumisse o compromisso de não falar mais na obra”.

Entretanto, mesmo que fosse possível alocar com sabedoria os investimentos, sem influências espúrias, ainda assim continuaríamos em dificuldades. Isso porque a maior parte do dinheiro arrecadado pelos impostos não é direcionada para investimentos e sim gasta na manutenção de uma máquina pública inchada. Esse é o nosso principal problema.

A Constituição de 1988 foi gestada pouco depois do fim da ditadura militar, numa época em que a sociedade ansiava por um Estado que lhe assegurasse uma série de direitos negados por mais de duas décadas. O debate se concentrou nos direitos dos cidadãos, com pouca atenção às suas obrigações. Imaginou-se um Estado provedor, como um grande pai.

Com o passar dos anos, algumas corporações entrincheiradas na administração pública, particularmente no Legislativo e no Judiciário, foram conquistando benesses diferenciadas. Por exemplo, salários mais elevados do que os praticados no mercado de trabalho, turbinados por um monte de penduricalhos, e um sistema de previdência próprio.

Mas a arrecadação de impostos é limitada, principalmente porque praticamos um capitalismo entravado por aparato governamental não apenas caro, mas também avesso ao empreendedorismo. Consequentemente, as benesses não alcançam a todos.

Em meio às dificuldades decorrentes de uma sociedade profundamente desigual, parte da população demonstra desilusão com a nossa democracia e clama por mais controle governamental sobre as atividades produtivas, com o objetivo de liquidar a corrupção. Aí reside o perigo.

Temos que destravar o país com mais e não menos empreendedorismo, desatando os nós criados por uma burocracia enraizada em ideologia contrária

ao lucro. Com mais e não menos democracia, resgatando a dignidade da atividade política e dosando os controles anticorrupção para que se punam os administradores públicos desonestos, mas que não se manietem os honestos.

Mesmo que nem um centavo tivesse ido parar nos bolsos dos corruptos, continuaríamos com a mesma situação precária em segurança, educação, saneamento, saúde

## **Reorganizar para salvar** **O Globo - 11/06/2018**

### **Raul Velloso**

A sucessão de déficits previdenciários financeiros elevados e crescentes criou a necessidade urgente de se reorganizarem as previdências estaduais, com vistas ao equacionamento dos passivos atuariais respectivos (o mesmo que “saldamento”, ou “zeração”), com duas finalidades básicas em mente. Primeiro, para responder se a longo prazo há risco de ruptura financeira, ou de déficits financeiros impossíveis de serem sistematicamente cobertos por superávits não-previdenciários, a fim de se determinarem as providências cabíveis.

E segundo, para resolver o problema premente de um amontoado de atrasos de pagamentos a fornecedores, entre outros credores, nos demais segmentos do orçamento estadual, que se originaram, em boa medida, exatamente da necessidade de cobrir, prioritariamente, os altos gastos com benefícios previdenciários, num momento de escassez aguda de receita, como o em que ainda hoje se vive, sob a mais longa e profunda recessão de nossa história. Adicionem-se a isso, no caso do Rio de Janeiro, os efeitos da forte queda do preço externo do petróleo que teve lugar até meados de 2017. Na falta de equacionamento desse amontoado de atrasados, num ano que é o último dos atuais mandatos, dificilmente a grande maioria dos governadores conseguirá ficar em dia com a exigência da LRF de que não haja transferência de atrasados de um mandato para o seguinte. Ou seja, impõe-se também um tratamento de curto prazo para o mesmo problema.

É fato, para o ajuste de longo prazo e com base em medidas já aprovadas (como o fim dos institutos da “integralidade” e da “paridade”, e a abertura da possibilidade de se criarem fundos de contribuição definida para quem ganha acima do teto do INSS), que em algum momento relativamente distante do futuro os déficits previdenciários estaduais se transformarão em superávits, passando de uma fase de saldos negativos seguidos para outra de resultados sistematicamente superavitários. Só que, como não dá para esperar tanto tempo, impõe-se a adoção de medidas de ajuste de alcance mais rápido, como o aumento de contribuições, ou a destinação de receitas menos convencionais. Citem-se, como exemplo, as derivadas do aporte de ativos, incluindo os recebíveis da “dívida ativa”, onde uma lei complementar que visa a consolidar a legislação sobre seu uso se encontra em fase final de tramitação na Câmara Federal, tudo isso há muito amparado pelo que se contém nos artigos 40 e 249 da Constituição Federal, entre outras medidas atípicas. De tal forma que, tendo



demonstrado que há condições de zerar o passivo atuarial, fará todo o sentido securitizar ou antecipar o ingresso dos recebíveis para ali direcionados, junto aos mercados financeiros, a fim de fazer face a gastos incapazes de serem cobertos com as receitas correntes da previdência, em momentos, como o atual, difíceis de administrar pelas vias convencionais.

Caso os mercados financeiros estejam fechados para entes públicos em dificuldade financeira aguda, a desejável antecipação do ingresso das fontes previdenciárias cativas, como a resultante da cobrança da dívida ativa, poderia provir dos próprios fornecedores submetidos a atrasos de pagamento, em troca da liquidação das dívidas decorrentes de atrasados e, até então, sequer reconhecidas propriamente pelas autoridades. Melhor receber seu dinheiro de volta em uns cinco anos do que nunca. A sequência de operações seria, então, a seguinte. Primeiro, o estado liquidaria, em dinheiro, as dívidas em atraso com os fornecedores. Em troca, estes investiriam, por, digamos, cinco anos, os mesmos recursos em “debêntures de dívida ativa” emitidas, com esse mesmo prazo, por entidade ligada ao fundo estadual de previdência. Os mesmos recursos seriam utilizados, ao final, para pagar a despesa com os inativos, mas agora não mais no âmbito de um orçamento inviável. O Estado em causa já teria transferido pessoas (ou “vidas”, na linguagem da área), do orçamento tradicional para o fundo de previdência em processo de equacionamento atuarial, com custo anual idêntico ao valor da securitização de dívida ativa retro mencionada.

## **Emergentes são os canários na mina de carvão financeira? O Globo - 11/06/2018**

**Kenneth Rogoff**

Serão as crises cambiais e de endividamento em Argentina e Turquia fenômenos isolados, sem implicações mais amplas? Ou serão sinais de alerta de fragilidades mais profundas nos mercados de dívida globais, que estão sendo pressionados pela contínua normalização das taxas de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano)?

O aumento das taxas de juros também poderia testar a estabilidade em algumas economias avançadas, sobretudo na Itália, onde os eleitores, particularmente na região Sul menos desenvolvida, optaram de forma decisiva por um governo populista. Com uma economia dez vezes maior que a da Grécia, um calote italiano explodiria a zona do euro. De fato, o governo da coalizão populista que acaba de assumir o poder indicou que pretende fazer baixas contábeis de parte de sua dívida informal (excluindo o endividamento público oficial da Itália de mais de 130% do PIB) no sistema do euro por meio do Banco Central Europeu.

A boa notícia é que a erupção de uma crise global da dívida ainda é relativamente improvável. Mesmo com a recente queda da performance europeia, o quadro econômico global continua robusto, com a maioria das regiões do mundo ainda em rápida expansão. Embora seja verdade que muitas

firmas de mercados emergentes acumularam um preocupante volume de dívida externa denominada em dólar, muitos bancos centrais estrangeiros estão repletos de ativos em dólar, especialmente na Ásia.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), além disso, possui recursos suficientes para lidar com a primeira onda de crises, mesmo que estas incluam, digamos, o Brasil. A maior preocupação não é o FMI não conseguir prover fundos, mas sim que ele cometa o mesmo erro que cometeu na Grécia, ao não impor um acordo realista a devedores e credores. Com respeito à Itália, é provável que a Europa encontre meios de oferecer temporariamente parte do orçamento adicional que o país busca, mesmo que as autoridades europeias não possam autorizar que uma Itália altamente endividada destrua a moeda comum.

A principal razão para otimismo, apesar de todo o ruído político em sua volta, é que as taxas de juros reais de longo prazo ainda estão extremamente baixas. Mesmo com todo o drama em torno do aperto fiscal do Fed, as notas do Tesouro de 30 anos com inflação fixa estão pagando em torno de 1% — bem abaixo dos ganhos reais de longo prazo, que ficaram em média próximos de 3%. Enquanto o quadro básico das taxas de juros globais continuar benigno, é difícil ver no horizonte o grande monstro do calote dos títulos.

É notável o quanto o FMI, o supervisor mundial das crises financeiras e de dívida, vem tornando mais agudo seus alertas. Após anos afirmando que as nações avançadas não precisavam mais se preocupar com os níveis quase recordes de sua dívida pública — hoje situando-se em média acima de 100% do endividamento geral de governo — o FMI começou a avisar que muitos países podem se ver pressionados a obter espaço fiscal se enfrentarem uma nova recessão a curto prazo. Os desafios provêm não só da dívida que está nos livros contábeis, mas também de passivos ocultos, devido sobretudo a antigos programas previdenciários e de saúde — endividamento implícito que em muitos casos são bem maiores do que os números oficiais.

A evidência avassaladora de pesquisas recentes apoia a visão do FMI. Nações com níveis historicamente alto de endividamento têm (em média) um crescimento significativamente mais pobre diante de grandes choques, e a relação a longo prazo entre alto endividamento público e crescimento é claramente negativa. Isto, é claro, não diz nada sobre as consequências econômicas de reduzir ativamente o peso da dívida do governo, popularmente conhecido como “austeridade”. Recessões profundas são o momento de vestir a armadura e não construir uma.

Há aqueles à esquerda e à direita que pensam: “desta vez é diferente” para as economias avançadas. Sem qualquer risco realístico (em suas visões) de uma guerra mais séria ou uma crise financeira a curto prazo, é loucura exercer restrição excessiva na dívida pública ou promessas de pensão. É um pensamento perigoso mesmo para os Estados Unidos, apesar do maior escopo fiscal de que dispõe como emissor de moeda de reserva global.

Choques extremamente negativos podem ocorrer em qualquer economia, e suas fontes podem ser distintas das que são consideradas normalmente. Por exemplo, riscos provenientes dos ataques cibernéticos (sobretudo por agentes do Estado), pandemias, e certamente crises financeiras são provavelmente maiores do que qualquer um gostaria de admitir. Não é difícil imaginar um desaquecimento temporário no rápido crescimento da China que possa afetar os mercados. E, se o completamente inesperado ocorrer, uma coisa que se pode antecipar é que os governos com forte acesso aos mercados de crédito global terão melhores opções para reagir.

Mesmo se a melhor aposta seja a de que qualquer colapso do mercado emergente de títulos permanecerá contido, os problemas de hoje devem ser considerados como um alerta, inclusive para economias avançadas. Afinal, nenhum país, independentemente de sua riqueza, deve apostar seu futuro no prospecto de que o ambiente atual ultrafavorável de taxa de juros vá durar para sempre.

Os economistas que nos garantem que o endividamento das economias avançadas está completamente “seguro” soam estranhamente como aqueles que elogiaram a “Grande Moderação” — a redução permanente dos ciclos de volatilidade — uma geração atrás. Em muitos casos, eles são as mesmas pessoas. Mas, como vimos há uma década, e inevitavelmente veremos novamente, não estamos no “fim da História”, no que se refere a dívida global e crises financeiras.

Nenhum país, por mais rico, deve apostar seu futuro no prospecto de que o ambiente favorável de taxas de juros permanecerá

## **Ambiente de guerra comercial já afeta economia mundial**

**Valor Econômico - 11/06/2018**

O navio RB Eden partiu do terminal da Archer Daniels-Midland em Corpus Christi, no Texas, com uma carga de sorgo, em direção a Xangai, em meados de abril. Estava no meio do oceano Índico quando a China anunciou que aplicaria sobretaxa de 179% ao produto americano. O navio imediatamente fez a volta e rumou para a Europa, mas nunca ancorou lá. É que, durante o novo trajeto, Pequim anunciou que não aplicaria mais a sobretaxa contra sorgo e o RB Eden retomou o rumo de Cingapura.

Esse zigue-zague, relatado pela Bloomberg, ilustra incertezas e o aumento de custos com a tensão acirrada no comércio internacional com quatro - e não apenas uma - frentes de conflitos abertas por Donald Trump: contra a China por causa do déficit americano e as políticas de Pequim; contra o México e o Canadá sobre o Nafta; contra aliados europeus e de outras regiões por causa das tarifas de aço e alumínio; e contra a Organização Mundial do Comércio (OMC).

China, União Europeia (UE), Japão, Índia, Rússia e Turquia notificaram à OMC listas de produtos americanos que planejam retaliar com sobretaxas. UE, China e México também abriram disputas contra Washington no tribunal da OMC.

Especialistas ouvidos pelo Valor deixam claro que a ação deflagrada pelo unilateralismo de Trump já tem os primeiros efeitos negativos, podendo afetar milhares de empregos e muitos bilhões de dólares de negócios.

O diretor-geral da OMC, Roberto Azevêdo, diz diplomaticamente que boa parte dos anúncios de restrição ao comércio ainda não se traduziu em ações, mas que essas ameaças já podem fazer danos.

"Já estamos vendo sinais de indicadores que apontam indícios de queda brusca de pedidos de exportação", afirmou. "Os indicadores mostram que haverá impacto lá na frente. Só não sabemos ainda quantificar o impacto e os setores que serão afetados."

Para o economista Kaspar Kuut, um dos autores do "World Trade Monitor", do Centro de Análises de Política Econômica (CPB), da Holanda, outros efeitos das restrições, que começaram com as sobretaxas ao aço e alumínio em março, poderão ser vistos logo.

"De um lado, novas encomendas podem ser afetadas da noite para o dia, e mesmo mercadorias já em trânsito podem ser forçadas a mudar de destino. Isso aumenta incertezas que podem influir nas decisões de investimento e de encomendas", diz ele. "De outro, as tarifas anunciadas até agora afetam apenas uma pequena parte do comércio mundial."

Se o conflito se limitar ao aço e ao alumínio, o estrago será menor. Mas se Trump realmente aplicar sobretaxas à importação de automóveis, provocando retaliações de outros países, a dimensão será muito maior. O setor automotivo é central nas trocas globais, com US\$ 1,4 trilhão de exportações por ano. Somente a UE (composta por 28 países) exportou US\$ 683 bilhões em 2016. Um conflito nesse segmento envolverá o grosso do PIB mundial, desde EUA, China, toda a UE, passando por Japão, Coreia do Sul, Canadá, México e Brasil.

Quase dois terços das mercadorias negociadas estão conectadas a cadeias globais de valor, e choques no sistema comercial são globalizados. Com base nisso, Richard Bolwijn, coordenador do Relatório Mundial de Investimentos, da Unctad (órgão da ONU sobre comércio), considera que a escalada na tensão comercial deve piorar tendências que já não são boas para a economia mundial.

Primeiro, o crescimento das cadeias globais de valor já vinha estagnando. O valor agregado estrangeiro no comércio global - a importação de bens e serviços incorporados nas exportações de um país - continua caindo.

Além disso, a taxa de expansão da produção internacional está diminuindo. Bolwijn aponta uma mudança na globalização, com modalidades das transações transfronteiras gradualmente passando de tangíveis para intangíveis. Ou seja, em vez de criação de fábricas e criação de empregos, muitas multins estão aumentando num ritmo muito maior as vendas de serviços e de dados.

Estudo do Banco Central Europeu (BCE) sobre as implicações das crescentes tensões no comércio para a economia global constata que as mercadorias afetadas pelas sobretaxas anunciadas representam só 2% das importações feitas pelos EUA e menos de 1,75% do comércio global. Visto de forma isolada, o impacto direto parece limitado. Mas o risco associado com uma escalada das tensões e maior reversão da globalização claramente aumentou. O estudo prevê que isso pode afetar decisões de investimentos em todo o mundo.

Pelas simulações feitas pelo BCE, no caso de aumento significativo do protecionismo o impacto sobre o comércio global e a produção pode ser elevado, e particularmente severo nos EUA. O impacto específico sobre cada país depende de seu tamanho, abertura e intensidade do comércio com as nações que impõem as sobretaxas. No caso de aumento generalizado de tarifas, os preços maiores de importações podem elevar os custos de produção das empresas e reduzir o poder de compra das famílias.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) calcula que, se todos os países elevarem tarifas e barreiras não tarifárias gradualmente ao longo de três anos, os preços de importações subirão 10%. O maior custo de transações de mercadorias derruba a produção em quase 1,75% após cinco anos e quase 2% no longo prazo. O consumo global cai em volume similar, e o investimento global ainda mais. O comércio mundial sofreria ainda mais, com importações e exportações caindo 15% após cinco anos.

A "guerra comercial de Trump" pode custar US\$ 470 bilhões à economia mundial, segundo a Bloomberg Economics. Isso no cenário de aplicação de sobretaxa de 10% e retaliação pelo resto do mundo. A economia mundial seria 0,5% menor em 2020 comparado ao cenário sem alta de alíquotas.

Sem surpresa, uma pesquisa do instituto alemão Ifo junto a 913 economistas de 120 países avalia que a política de Trump terá impacto negativo sobre o mundo. Aponta as economias emergentes na Ásia, países desenvolvidos fora da UE e os próprios EUA como os maiores perdedores com a imposição de sobretaxa às importações.

Na quinta-feira, Azevêdo reuniu em Genebra representantes de 60 companhias e associações internacionais, incluindo Unilever, Alibaba, Amazon, Apple, BT Group, Fedex, DHL, Adidas, Embraer, Confederação Nacional da Indústria do Brasil (CNI), Associação de Exportadores de Bangladesh, Business Europe, Cargill, Consumers International, Diageo, Dow Chemical, Ericsson, Google, Huawei, Keidanren, Samsung, Syngenta.

Vários executivos não esconderam preocupações porque sabem que o ambiente prenunciando uma guerra comercial pode ter custos altos para seus negócios. Alguns reclamaram que seu setor não tem nada a ver com o conflito do aço, alumínio ou de propriedade intelectual, mas temem ser afetados por restrições em outro país.

"Não tenho relação com o pecado original, mas posso ser igualmente castigado", disse um executivo.

A questão é o que virá pela frente. Na cena comercial, a postura de Donald Trump leva à discussão de dois cenários extremos.

No primeiro, os parceiros, sob risco de perder acesso ao mercado americano, aceitam negociar com os EUA, encontrando soluções menos restritivas para suas exportações. Para certos analistas isso pode estimular Trump a avançar ainda mais nas ações unilaterais.

O segundo cenário, no outro extremo das possibilidades, é a posição dura de Washington levar os outros países a criar uma coalizão, inclusive com a China, contra os próprios EUA, em ações coordenadas para responder com retaliações. É um cenário extremo e inquietante, que levaria a uma verdadeira guerra comercial global.

Entre esses dois cenários, há outros, mais próximos do primeiro ou do segundo, mas com a mesma consequência: desaceleração da economia mundial, mais custos para as empresas e encarecimento dos produtos do dia a dia para o consumidor no mundo inteiro.

## **Eleição será chave para definir investimento alemão no país**

**Valor Econômico - 11/06/2018**

Executivos de empresas alemãs no Brasil projetavam, já antes da greve dos caminhoneiros, um baixo crescimento da economia e uma melhora modesta em seus negócios neste ano, com a grande maioria destacando o potencial impacto negativo das eleições em suas atividades no país. Pesquisa realizada em abril pela Câmara de Comércio e Indústria BrasilAlemanha mostra que 92% das 160 companhias consultadas avaliam que o resultado eleitoral pode ter efeito adverso sobre os seus negócios, com 29% afirmando que investimentos só serão definidos após o desfecho do pleito deste ano.

"Havia um certo otimismo em relação aos negócios, mas um otimismo bastante conservador", diz, ao comentar a enquete, o presidente da Mercedes-Benz do Brasil e um dos vice-presidentes da Câmara, Philipp Schiemer. Um pouco mais da metade das entrevistadas (52%) espera uma taxa de crescimento superior a 3% para a produção do segmento de suas empresas em 2018. É um número que se dá em cima de uma base bastante baixa, diz ele, referindo-se ao péssimo desempenho da economia brasileira nos últimos anos.

As expectativas para o crescimento do PIB também foram conservadoras. Das consultadas, 54% previa uma expansão entre 1% e 2% em 2018, com 42% projetando um avanço de 2% a 3%.

A enquete foi realizada antes da greve dos caminhoneiros, que levou muitos economistas a promover cortes expressivos em suas projeções de crescimento para o ano. Schiemer considera prematuro, porém, avaliar o impacto da paralisação sobre as empresas. "É muito cedo para falar", diz o executivo, destacando que a Mercedes Benz vai tentar recuperar o que foi perdido durante a greve. "Mas vai demorar oito semanas no mínimo."

Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha e vice-presidente-executivo do grupo Robert Bosch na América Latina, Wolfram Anders conta que a empresa parou por quase três dias devido à paralisação dos caminhoneiros. A greve atrapalhou principalmente o transporte de trabalhadores, porque os ônibus que fazem a tarefa ficaram sem combustíveis. O impacto sobre as vendas foi "dramático", segundo Anders.

A expectativa para maio era de um crescimento de 15% sobre maio de 2017, mas o resultado foi uma queda de 8,5%, aponta ele. "Até abril, os negócios tinha sido muito fortes, com um acumulado de 20% no ano [sobre o mesmo período do ano passado]", afirma Anders. A dúvida agora é saber como andar a economia neste mês, com o impacto da Copa do Mundo.

A pesquisa deixou clara a importância das eleições deste ano para a indústria alemã no Brasil, com os empresários enfatizando a necessidade de aprovação de uma agenda de reformas a partir de 2019. Para 100% das empresas consultadas, a reforma da Previdência deve ser tratada com alta prioridade pelo próximo presidente. O percentual é de 96% no caso da tributária e de 86% no da política.

"O Brasil precisa crescer acima de 3% ao ano para ter um desenvolvimento positivo para a população, para ter dinheiro suficiente para investir em infraestrutura e educação, por exemplo", diz Schiemer. "Acredito que, se não fizer as reformas, o Brasil não vai ter a chance de crescer."

O resultado das eleições, desse modo, terá peso decisivo nas decisões de investimento das empresas alemãs nos próximos anos. Nenhuma companhia deve deixar o país, mas o desfecho do pleito terá reflexos na "velocidade e na intensidade de engajamento" das empresas da Alemanha no Brasil, resume Thomas Timm, vice-presidente-executivo da Câmara.

Segundo a pesquisa, 73% dos entrevistados se dizem muito insatisfeitos com o sistema tributário brasileiro. Não apenas a carga tributária é alta como o sistema é muito complexo, causando grandes dores de cabeça às empresas. Anders dá um exemplo, fazendo uma comparação com a Bosch da Espanha, que tem um volume de vendas semelhante à operação da empresa do Brasil. "Na Espanha, nós temos um especialista em tributação; aqui, temos 35, para

manejar um sistema tão complexo", afirma ele. Isso afeta a competitividade e a produtividade das companhias.

A Câmara enumerou seis principais conclusões tiradas a partir da pesquisa realizada em abril, segundo Anders. Para a indústria alemã, seria muito importante o fechamento do acordo de livre comércio entre a União Europeia (UE) e o Mercosul. "Ele traria muitas vantagens para as empresas, mas também para o país, que teria mais acesso às tecnologias", afirma Schiemer. "O intercâmbio seria muito mais fácil e a burocracia seria muito menor." Outra recomendação é a criação de um grupo de trabalho entre o governo e a iniciativa dos dois países para discutir e implementar soluções de indústria 4.0 no Brasil. Anders observa que, embora apenas 36% das empresas consultadas usem essas soluções no país, "é possível ver que isso se deve à falta da mão de obra qualificada, assim como ao difícil acesso a tecnologias necessárias".

Para completar, a lista de sugestões inclui a retomada das negociações do acordo de bitributação entre o Brasil e a Alemanha; a desburocratização em relação à propriedade intelectual - o Brasil leva muito tempo para registrar patentes -; a discussão de normas técnicas na área de infraestrutura; a implementação de formação dual, seguindo o modelo alemão, combinando aprendizado prático e teórico.

Das 160 empresas que responderam à pesquisa, 84% são de pequeno e médio porte e 16% de grande porte. O faturamento desse grupo supera R\$ 50 bilhões anuais, calcula Timm. Entre os segmentos mais bem representados na pesquisa, destacam-se os de máquinas e equipamentos, o automobilístico e o de bens de consumo, segundo Anders.

## **Barreiras técnicas dificultam integração no Mercosul**

### **Valor Econômico - 11/06/2018**

O Brasil e a Argentina possuem um nível de convergência para a normalização internacional relativamente baixo, o que dificulta a expansão do comércio tanto bilateral como também com terceiros países. É o que sugere estudo realizado pelo Centro de Estudos do Comércio Global e Investimentos da FGV (CCGI-FGV), com apoio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Os dados, diz Vera Thorstensen, professora da FGV e coordenadora do CCGI, mostram que é preciso avançar na convergência das chamadas barreiras regulatórias para viabilizar a integração do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Ela argumenta que a nova geração de acordos comerciais preferenciais está menos focada nas tarifas de importação e mais preocupada com convergência regulatória.

"Se há uma regulação técnica restritiva, não adianta baixar a tarifa na fronteira porque não se consegue exportar", diz a professora, referindo-se a entraves como as Barreiras Técnicas ao Comércio e às Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (TBT e SPS, nas siglas em inglês, respectivamente).



Para ela, é preciso seguir a experiência global, pela qual a convergência não se dá produto a produto e sim pela definição de aspectos essenciais por famílias de produto.

"Em relação às barreiras regulatórias, o Brasil e a Argentina têm jabuticabas e pomelos", diz Vera. O estudo coordenado por ela baseou-se em dados relacionados à atividade regulatória técnica e aos processos de normalização no Brasil e na Argentina. Foram analisados os setores mais importantes no comércio bilateral. Entre eles, o automotivo, o de máquinas e equipamentos elétricos e o de perfumaria e cosméticos.

"A estandardização média no Brasil usa apenas 40% de normas internacionais e os 60% restantes são baseadas em normas feitas em casa", diz ela. Para Vera, isso indica que o Brasil é um país fechado em termos de comércio internacional não somente pelas tarifas em relação ao resto do mundo, mas também porque usa barreiras técnicas para proteger o mercado interno.

Mauro Kiithi Arima Jr, pesquisador do CCGI, diz que na Argentina o nível de utilização de padrões internacionais pelo órgão de normalização local é ainda menor que o do Brasil. Ele destaca, porém, que os dois países possuem tendências diferentes na atividade regulatória dos setores estudados.

O pesquisador explica que as agências regulatórias de cada um dos setores não precisam seguir necessariamente os seus órgãos de normalização, que são, no Brasil, a ABNT, e na Argentina, o Iram. Na Argentina a regulamentação técnica dos setores faz referência direta à norma internacional, enquanto que no Brasil se opta por usar a versão nacionalizada da ABNT das normas internacionais.

Para o embaixador da Argentina no Brasil, Carlos Magariños, além da convergência regulatória os dois países precisam trabalhar para elaborar regulamentos comuns binacionais. "Para mim, isso poderia começar a ser feito por setores e produtos específicos." Entre os setores, ele destaca o automotivo, a agroindústria e o de medicamentos e cosméticos. "É preciso verificar o que é possível, de maneira realista." As questões regulatórias entre Brasil e Argentina serão discutidas hoje, em evento promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

## **China impõe medida nas importações de frango do Brasil**

**DCI - 11/06/2018**

A China anunciou na sexta que vai impor direito antidumping provisório sobre as importações de carne de frango brasileira, em mais um revés para as gigantes de proteína animal do País e no momento em que os EUA pressionam Pequim a reabrir seu mercado para os produtos avícolas norte-americanos. Os importadores chineses de frango brasileiro terão de depositar de 18,8% a 38,4 % do valor de suas compras a partir de 9 de junho, informou o Ministério do

Comércio em um comunicado. A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) disse que a medida, que abrange produtos dos principais exportadores brasileiros é um “retrocesso” nas relações. As ações da BRF, maior exportadora, despencaram 7,5% após o anúncio.